

ADRIANA FALCÃO DO RÊGO  
MARIA CRISTINA ROCHA BARRETO

TRABALHO E CONDIÇÕES DE MORADIA NA MONOCULTURA ESCRAVISTA

- ZONA CANAVIEIRA DA PARAÍBA E PERNAMBUCO -

Monografia apresentada como Estágio de Diplomação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba.

ANGELA MARIA TUDE DE SOUZA  
Orientadora

JOÃO PESSOA  
AGOSTO-1985

## 7. AGRADECIMENTOS

A ANGELA MARIA TUDE DE SOUZA, pelo incentivo e empenho sempre demonstrado.

A ANTÔNIO AUGUSTO DE ALMEIDA, pelas suas valiosas informações.

A CLARA LENIRA S. DE ALMEIDA CASTRO, pela ajuda na reprodução das gravuras fundamentais para o nosso trabalho.

A GERUZA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, pela ajuda na pesquisa bibliográfica.

A MARCO AURÉLIO A. DE FILGUEIRAS GOMES, pelos livros fornecidos e oportunidades de pesquisa *in loco*.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### I- GRAVURAS

1. Engenho de Açúcar (RUGENDAS)
2. Pequena Moenda Portátil (DEBRET)
3. Preparação da Mandioca (RUGENDAS)
4. Carregadores de Água (RUGENDAS)
5. Negros carregadores de cangalha (DEBRET)
6. O Regresso de um Proprietário (DEBRET)
7. Visita a uma Fazenda (DEBRET)
8. Um funcionário a passeio com sua família (DEBRET)
9. Uma Senhora Brasileira em seu Lar (DEBRET)
10. Negras vendedoras de angû (DEBRET)
11. Negros de carro (DEBRET)
12. Sapataria (DEBRET)
13. Barbeiros Ambulantes (DEBRET)
14. Família Pobre em sua Casa (DEBRET)
15. O Colar de Ferro (castigo dos fugitivos) (DEBRET)
16. Casamento de Escravos de uma Casa Rica (DEBRET)
17. Família de Fazendeiros (RUGENDAS)
18. Habitação de Negros (RUGENDAS)
19. Sobrado Patriarcal Semi-Urbano do Meado do Séc.XIX  
(M. Bandeira)
20. Venda em Recife (RUGENDAS)

### II- FOTOS

1. Engenho Bombarda-Senzala
2. Engenho Monjope-Senzala
3. Fachada do Sobrado de Jorge Tôrres
4. Senzala do Sobrado de Jorge Tôrres
5. Cella destinada aos Escravos Homens
6. Engenho Tinôco-Moradia de Trabalhadores Qualificados

### III- CROQUIS

1. Dormitório dos Escravos Homens (VAUTHIER)
2. Dormitório dos Escravos (VAUTHIER)
3. Quarto das Escravas (VAUTHIER)

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I- COMPOSIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	3
A. ESCRAVOS	
A.1. Assenzalados.....	5
A.1.a. Lavoura.....	7
A.1.b. Transformação do Açúcar.....	8
A.2. Escravos Domésticos.....	9
A.3. Escravos de Ganho.....	11
B. ÍNDIOS.....	13
C. TRABALHADORES QUALIFICADOS LIVRES.....	14
D. CULTIVADORES.....	18
D.1. Moradores.....	19
D.2. Camponeses Independentes.....	19
E. AGREGADOS.....	20
F. OUTROS.....	20
JORNADA E CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	21
PARTE II- LEI POPULACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA NO ES- CRAVISMO	
A. Posicionamento do problema.....	24
B. Tratamento no período do tráfico negreiro.....	25
C. Tratamento após abolição do tráfico negreiro...	26
C.1. Tráfico Interprovincial.....	26
C.2. Do trabalho escravo ao semi-assalariado...	29
D. Reprodução.....	31
D.1. Reprodução Material.....	32
D.1.a. Alimentação.....	33
D.1.b. Terra para cultivo.....	37
D.1.c. Vestimenta.....	38
D.2. Reprodução Biológica.....	39
D.3. Reprodução Social.....	43
E. Situação da Mulher Trabalhadora.....	48
PARTE III- CONDIÇÕES DE MORADIA.....	50
A. DOS ESCRAVOS	
A.1. Assenzalados.....	51
A.2. Escravos Domésticos.....	53
A.3. Negros de Ganho.....	55
B. DOS ÍNDIOS.....	55
C. DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS LIVRES.....	55
D. DOS CULTIVADORES E AGREGADOS.....	56
E. DA POPULAÇÃO LIVRE POBRE URBANA.....	56

ELEMENTOS PARA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA DO	
TRABALHADOR NO ESCRAVISMO.....	57
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA .....	60
BIBLIOGRAFIA SOBRE O MÉTODO .....	64
ANEXOS.....	65

## INTRODUÇÃO

As obras antigas somadas aos diversos trabalhos produzidos nos últimos tempos e aos ainda em elaboração, oferecem um conjunto estimável de informações acerca do Período Escravista no Brasil, sob os mais variados aspectos. Este fato porém, não esgota o campo de pesquisa, uma vez que inúmeras outras questões mostram-se necessárias além do que, como é sabido, metodologias diferentes possibilitam abordagens também diferentes.

Procuramos não encarar o regime escravista pelo prisma já clássico, e que agora começa a ser questionado, que é o de por em evidência a classe dos senhores de engenho e dos grandes proprietários e que mostra apenas a história do patriarcado e da aristocracia.

Decididos a abordar a questão da moradia neste período, delimitamos o nosso objeto de estudo. Propomo-nos assim, a resgatar as condições de moradia da classe trabalhadora no regime escravista, com enfoque para o Complexo Agro-exportador da Cana-de-açúcar na Paraíba e Pernambuco.

Conscientes de que a Habitação é presente nos trabalhos referidos mas, de uma maneira geral, não aparece como um ponto específico de estudo, pretendemos delimitar adequadamente nossa área temática para, a partir de então, através da coleta de dados e análise, resgatar a questão em estudo.

Procuramos ver a Arquitetura não somente pelo aspecto técnico, mas inserido num contexto histórico, pois a arquitetura, enquanto produção do homem, destina-se aos diversos usos necessários a este. Não pode então, ser compreendida dissociada do contexto sócio econômico-cultural.

Numa sociedade escravocrata, em que a produção é voltada para a exportação, favorecendo o enriquecimento da metrópole, a moradia da classe trabalhadora teria um significado especial, uma característica própria.

Mas será que esta classe de trabalhadores era apenas constituída de uma massa homogênea de escravos alojados em senzalas?

Formulamos a hipótese de que mesmo numa sociedade aparentemente rígida como esta, a escala social não estaria limitada à oposição senhor X escravo, sendo a dinâmica social muito mais complexa. Se recuperássemos a variedade de situações dentro da própria

classe trabalhadora, e suas relações com o universo social e econômico, poderíamos resgatar também condições de moradia diferenciadas.

A nossa metodologia de trabalho constituiu-se no processo de defrontar-se com as perguntas básicas surgidas quando da elaboração da própria questão. Ou seja, o trabalho evoluiu e se estruturou a partir de suas próprias suspeitas.

- Qual a composição dessa classe trabalhadora?
- Qual a lógica da sua reprodução? e, por fim,
- Quais as suas condições de moradia?

Como foi mencionado, é grande o acervo bibliográfico sobre o tema. Precisávamos logo no princípio, selecionar as mais representativas fontes de leitura.

Decidimos então, por três tipos de fontes principais:

a) Escritos dos viajantes, que nos dão uma descrição geral da época, sob os mais variados aspectos, desde a fauna e flora até os tipos humanos e seus costumes, donde foi possível resgatar o modo de vida dos indivíduos e sua participação no sistema produtivo, além de suas condições de moradia. As contribuições mais valiosas para o nosso trabalho foram de Rugendas, Debret, Antonil, Boxer, Ew bank, Vauthier, Graham, Koster e Tollenare.

#### b) Literatura de base

b.1. Trabalhos clássicos de historiadores e sociólogos que se dedicaram ao período, como Gilberto Freyre, Câmara Cascudo, Diêgues Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Júnior.

b.2. Trabalhos que serviram de instrumento para a reflexão acerca de conceitos e questões essenciais, como Modo de Produção, Acumulação e Reprodução. Os mais significativos foram Marx, Go render, Paul Singer, Celso Furtado e Manuel Correia de Andrade.

b.3. Para a historiografia sobre o escravismo na Paraíba e Pernambuco foram consultados Irineo Joffily, Celso Mariz, Diana Galliza, Vilma Monteiro e Vandice Porto.

c) E, por último, trabalhos recentes que procuram rever a economia escravista, seguindo alguns a linha de estudo que busca relacionar o modo de produção à reprodução da força de trabalho. Consultamos Vera Lúcia Ferlini, Kátia Mattoso, Gorender, Decca, Mª Syl

via Franco, Foot & Leonardi, Míriam Leite e M<sup>te</sup> Valéria Pena.

Procuramos complementar essa pesquisa bibliográfica com coletas de material junto aos Institutos de Patrimônio Histórico Estaduais e Nacional e à Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Foram realizadas também visitas a engenhos e sobrados, onde estivessem ainda conservados os espaços destinados à moradia da classe trabalhadora. Procuramos reconstituir a situação original desses espaços a partir de observações do estado atual e de depoimentos de proprietários e moradores, cujos conhecimentos já foram adquiridos de gerações anteriores.

## **PORTE I - COMPOSIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA**

Ao investigar a composição desta Classe Trabalhadora, em suas diversas categorias, precisávamos logo, entender as transformações sócio-econômicas ora ocorrendo na Europa e conseqüentemente a lógica que determinou o processo de produção aqui implantado.

Na Europa, este era um momento de transição do Sistema Feudal para o Capitalismo de base industrial. Não se trata pois, de um Sistema Capitalista definido como nos moldes atuais, mas que contém os seus elementos básicos. Havia então, a necessidade de acumulação e de expansão do comércio, através da conquista de novos mercados para seus produtos, por parte dos Estados Absolutistas recém-formados (Capitalismo Mercantil). Paul Singer explica de maneira bem precisa o papel das Colônias nesse contexto:

*"O sistema econômico implantado pelos europeus... tinha por objetivo geral a obtenção de um excedente comercializável... A empresa militar e missionária tinha por objetivo mais imediato estabelecer, em terras americanas, um modo de produção capaz de produzir um excedente que pudesse ser apropriado pelas metrópoles e prontamente vendido nos mercados europeus. Para alcançar este objetivo, tornava-se imprescindível reordenar as relações de produção, onde isso fosse factível, ou introduzir novas, onde necessário, de modo a assegurar: a) a produção de um valor maior que o necessário à subsistência dos produtores diretos e b) que os bens que compunham o excedente fossem valores de uso efetivamente demandados na Europa". No Brasil, "onde o desenvolvimento das forças produtivas dos indígenas era insuficiente para permitir a produção sistemática de um excedente, parte do solo foi diretamente expropriada, estabelecendo-se nela a grande fazenda açucareira trabalhada por escravos." 1*

(1) SINGER, Economia política da Urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 95.



Predominava na Colônia de maneira significativa, o trabalho escravo não deixando porém de existir o trabalho assalariado livre, geralmente qualificado. Temos, então, a convivência de duas formas distintas de relações de trabalho e também uma grande flexibilidade de formas de remuneração, onde a remuneração unicamente monetária era encontrada em pequena escala. A exploração do trabalho não se realizaria então, pela extração da mais-valia, uma vez que a acumulação de riquezas de dava pela renda resultante do regime territorial da economia canavieira.

Feita essa análise, adotamos como critérios para a definição de classe trabalhadora:

- . a não-propriedade dos meios de produção; e
- . a inserção dos indivíduos no processo produtivo.

Dentro desse raciocínio, são excluídas as categorias:

- Senhor de engenho e família - classe proprietária de terras - elemento base da riqueza da economia em estudo, encontrando-se no topo da hierarquia da sociedade escravocrata.

- Lavradores - proprietários ou arrendatários de terras para cultivo da cana-de-açúcar. Também utilizava o trabalho escravo, embora em menor escala. Faziam parte da classe dominante, sem contudo se equiparar aos senhores de engenho, por não possuírem o capital necessário à montagem da unidade produtiva. Dependiam destes para moer sua cana, o que era feito em troca de pagamento em açúcar.

- Clero - era freqüente encontrar algumas ordens religiosas - Carmelitas e Beneditinos - como proprietárias de terras, onde exploravam várias atividades, com base no trabalho indígena e/ou escravo.

- Grandes comerciantes: Forneciam mão-de-obra escrava e produtos em troca do açúcar, acarretando uma dependência dos senhores de engenho e daqueles que se arriscavam a montar um engenho novo, tornando-se permanentemente endividados.

A classe trabalhadora, por sua vez, apresentava-se bem diversificada no que diz respeito, não só à etnia, como também a qualificações profissionalizantes.

Foram resgatadas as situações esquematizadas a seguir e que serão explanadas individualmente, levando-se em conta os aspectos

tos relativos à organização, condições e jornada de trabalho e às formas da remuneração.

A. ESCRAVOS

A.1. Assenzalados

A.1.a. Lavoura

A.1.b. Transformação do açúcar

A.2. Domésticos

A.3. Rendeiros ou de ganho

B. ÍNDIOS

C. TRABALHADORES QUALIFICADOS LIVRES

D. CULTIVADORES

D.1. Moradores

D.2. Camponeses Independentes

E. AGREGADOS

F. OUTROS

A. ESCRAVOS

A.1. Assenzalados

Apesar de não dispormos de dados estatísticos que nos permitam uma visão clara da porcentagem de cativos utilizados nas diversas atividades, é de se supor que a atividade da lavoura e transformação do açúcar observasse o maior contingente desta população.

Eram os chamados escravos assenzalados e representavam a grande massa que executava tarefas simples e repetitivas, sem habilitade específica.

Segundo Ferlini,

*"a necessidade da produção em larga escala organizou o trabalho, nas unidades açucareiras, dentro de um rígido espírito de ordem, hierarquia, seqüência e disciplina". 2*

(2) FERLINI, V. L. A civilização do açúcar - Séculos XVI a XVIII. São Paulo, Brasiliense, 1984. p- 46-7.

Esses trabalhadores parciais eram controlados por poucos artesãos qualificados, assalariados e assim, não tinham empenho pessoal na produção.

Esse modo de organizar o trabalho resultava do domínio do mercado consumidor ou seja, da Metrópole, nos centros produtores. O trabalhador escravo constituiu, dessa forma, uma categoria expropriada dos meios de produção, controlado e concentrado, cujo trabalho se destinava à produção intensa e regular do produto que seria apropriado pela classe dominante.

O homem livre expropriado europeu não poderia ser utilizado nessas circunstâncias, devido às próprias características da atividade, que requeria um grande contingente de mão-de-obra que só poderia ser provida sob uma "forma violentamente aberta e juridicamente garantida de apropriação da força de trabalho alheia, que é a escravidão".<sup>3</sup>

Apesar de certas peculiaridades, a inserção desses escravos no processo produtivo apresentava semelhanças com os proletários das fábricas na Europa - seus trabalhos destinavam-se a garantir a obtenção do lucro capitalista, através da concentração de um grande número de trabalhadores despossuídos dos meios de produção e do saber técnico cujas jornadas de trabalho eram tão extensas quanto fisicamente possível.<sup>4</sup>

Spix chega a defender a idéia de que as condições de vida desses escravos eram preferíveis às dos trabalhadores assalariados dos europeus pois "*não sofrem falta de alimentação, vestem-se tanto quanto exige o clima e, raramente são sobrecarregados de trabalhos*"<sup>5</sup> (sic). No entanto, Debret observa as condições de vida do escravo operário do açúcar como ruins: "*mal alimentado, maltratado e castigado*".<sup>6</sup>

(3) FRANCO, Maria S. de C. Homens livres na ordem escravocrata, p. 26-7, Apud DECCA, E. S. de. O nascimento das fábricas. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 46-7.

(4) Cf. DECCA. Op. cit., p. 47.

(5) SPIX, J. B. von & MARTIUS, K. F. P. von. Através da Bahia. São Paulo, Editora Nacional, 1938, p. 143.

(6) DEBRET, J. B. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo, Martins, 1975, Int. v. II, p. 91.

## A.1.a. Lavoura

Na lavoura (plantio e corte), primeira etapa do processo produtivo, eram geralmente utilizados os negros africanos (boçais), pois tratava-se das tarefas mais elementares que não requeriam um período de adaptação. Também eram muito empregados escravos jovens e escravas nessas tarefas.

*"[...] vejo expostos aqui ao seu (do sol) ardor 30 negros e negras cervados para a terra, e excitados a trabalhar por um feitor armado de um chicote que pune o menor repouso; ali oito negros vigorosos cortam as canas que cinco raparigas enfeixam; os carros atrelados de quatro bois vão e vêm dos canaviais ao engenho..."*<sup>7</sup>

A jornada de trabalho desses escravos era muito extensa, se prolongando do nascer ao pôr do sol, podendo se estender até tarde da noite, devido à execução de outras tarefas como juntar forragem para os cavalos; colher palmito nas matas; moer farinha de mandioca para seu próprio consumo; amassar o barro para fazer tijolos e telhas e carregar tijolos e lenha. Nessas circunstâncias, eram reservadas poucas horas para repouso e alimentação, o que os tornava exaustos.

*"Tem obrigação cada escravo de cortar e arrumar, cada dia, uma (sic) medida de lenha, alta, 7 palmos e larga 8, e esta é também a medida de um carro, e de 8 carros consta a tarefa."*<sup>8</sup>

A alimentação era preparada nos campos para não perderem tempo voltando à sede do engenho a cada refeição. Às 8 horas, dispunham de meia hora para almoçar, sendo que em alguns casos, almoçavam ao nascer do sol, antes de ir para o trabalho e ao meio-dia interrompiam o trabalho para o jantar.

Com o declínio do açúcar, observou-se a transferência de escravos anteriormente ocupados no cultivo para outras atividades, geralmente urbanas.

(7) TOLLENARE, L. F. Notas Dominicais... Recife, CEPE, 1978, p. 44.

(8) ANTONIL, A. J. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, Brasília: INL, 1976, p. 115.

### A.1.b. Transformação do Açúcar

Já na etapa da transformação do açúcar, os escravos eram empregados em menor número e eram geralmente mulatos, crioulos (negros nascidos no Brasil) ou ladinos (boçais<sup>9</sup> adaptados e treinados). As tribos africanas que mais se adaptavam a essas tarefas eram as do Congo e Angola.

Antonil afirmou que "... levando um bom cativo, qualquer dele vale mais que quatro boçais." <sup>10</sup>

No início, executavam tarefas mecanicamente, sob a orientação e fiscalização de trabalhadores livres qualificados, que foram inicialmente importados da Europa, sendo, na sua maioria, judeus, fugindo da Inquisição.

Com o passar do tempo, porém, esses escravos foram sendo treinados para executar tarefas mais habilitadas (caldeireiro, tacheiro, carapina, calafate, barqueiro e marinheiro), observando-se a substituição do trabalho dos oficiais do açúcar, remunerados, pelo dos escravos. Esses escravos que foram adquirindo qualificações, mesmo quando alforriados tinham, algumas vezes, que permanecer junto ao seu senhor. Deveriam continuar sua função ou passar seu ofício para outros. Quando este era muito apreciado, acontecia até mesmo de receber um salário.

Havia dessa forma, diferentes graus de qualificação de mão-de-obra escrava no processo de transformação do açúcar, existindo desde tarefas banais, até ocupações que exigiam um certo conhecimento. Este processo envolvia tarefas nos seguintes setores: casa de caldeira ou cozinha, transporte, moenda. Em cada setor estava presente o escravo executando as tarefas de maior esforço físico e risco, em péssimas condições de trabalho, sendo esta a causa da grande mortalidade entre a população cativa.

Nas moendas, encontravam-se em média, 8 escravos por turno, sendo bastante utilizado o trabalho feminino. À noite, sendo maior o perigo, eram utilizados escravos boçais. Estes escravos carregavam feixes de cana que eram passados entre os cilindros. O risco dessa operação era grande, pois ao empurrar a cana com as mãos

(9) Escravos novos recém-chegados ao Brasil.

(10) ANTONIL, A. J. Op. cit., p. 89.

do trabalhador podiam ser facilmente presas na máquina, havendo a possibilidade do corpo inteiro ser esmagado. Costumava-se cortar as partes acidentadas do corpo.<sup>11</sup>

Na casa da caldeira, ao lado de oficiais do açúcar labu-  
tavam cerca de 14 escravos por turno, num trabalho contínuo com re-  
vezamento de turmas. Estes ficavam logo extenuados por causa do  
calor. Encontrava-se aí também, uma escrava encarregada de var-  
rer, acender as candeias e tirar as segundas e terceiras escumas de  
um dos paróis, conhecida como a calcanha.

A casa de purgar contava com uma média de 6 escravos que  
trabalhavam apenas no turno diurno. 4 escravas colocavam barro e  
levavam o açúcar, enquanto que 2 mais experimentadas, chamadas mães  
do balcão encarregavam-se da divisão do açúcar por qualidade. Um  
número maior de escravos ocupava-se da secagem, pesagem e encaixo-  
tamento do produto.<sup>12</sup>

Na época do corte da cana (setembro/outubro) se fazia ne-  
cessário um ritmo maior de trabalho, desgastando-os ao ponto de fa-  
zê-los adormecer em qualquer lugar, daí o ditado - Dorminhoco como  
negro de engenho.

Tais condições de trabalho não se modificaram muito com  
o tempo, podendo ser comparadas com o trabalho fatigante das usinas  
de açúcar atuais, onde se observa uma sobreposição das esferas do  
mésticas e de trabalho. Privado de seu repouso pela necessidade de  
executar certas tarefas urgentes, o operário do açúcar aproveita al-  
guns momentos durante sua jornada de trabalho para seu descanso, o  
que pode ser definido como estratégia de sobrevivência.<sup>13</sup>

## A.2. Escravos domésticos

Os escravos domésticos, geralmente crioulos ou africanos  
do Congo, executavam os serviços pessoais para o senhor e sua famí-  
lia, nas áreas urbanas e rurais. Faziam todos os serviços manuais  
de manutenção da casa e alimentação. Sob a fiscalização da senho-  
ra, adormeciam crianças, costuravam, limpavam, arrumavam, cozinha-

(11) Cf. ANTONIL, A. J. Op. cit., p. 112. Ver Gravuras nºs 1,2,3.

(12) Ibid, p. 119.

(13) Cf. LOPES, J. S. L. O vapor do diabo Rio de Janeiro, Paz e  
Terra, 1978, p. 77.

vam. Além dessas tarefas básicas estes tinham o encargo dos serviços hoje chamados coletivos, como transporte, água, esgoto e iluminação. Dessa forma, conduziam água das fontes ou chafarizes, encrementos em enormes barris denominados tigres para as praias. Transportavam pessoas e cargas e asseguravam a iluminação com tochas ou lanternas.<sup>14</sup>

Ter uma grande quantidade de escravos domésticos era símbolo de Status Social para o senhor.<sup>15</sup> Para se obter um nível comum de decência era necessário um mínimo de 10-12 escravos. Com tal número de escravos, fazia-se necessário utilizá-los de maneira rentável. Era comum então, encontrar negros pertencentes a senhores abastados fazendo serviços de ganho bem como escravas fiando e tecendo.

A criadagem encarregada dos serviços domésticos era essencialmente escrava. Os trabalhadores livres se recusavam a fazer tais serviços para não se igualarem a estes. Os livres sem recursos realizavam qualquer trabalho senão de negros.

Debret<sup>16</sup> observou diferenciações dentre a própria escravidão doméstica. O nível de qualificação e de confiança junto ao senhor determinava estas distinções que eram representadas pelo comportamento, vestuário e até mesmo o penteado do escravo. Assim é que os escravos mais prestigiados portavam-se com mais desenvoltura enquanto que os mais inferiores mantinham-se sempre imóveis, aguardando ordens. A maneira de trajar-se era um indicativo importante da categoria do escravo doméstico. Também a diversidade de penteados estava relacionada com o nível da escrava. Ter os cabelos curtos significava um nível bastante inferior, enquanto cabelos compridos penteados formando no alto cilindros, adornados ou não conforme a riqueza da casa, representada prestígio. Geralmente eram as criadas de quarto que se apresentavam assim penteadas.<sup>17</sup>

Segundo Gilberto Freyre, os escravos domésticos eram superiores culturalmente aos outros cativos por assimilar o comportamento da classe senhorial. Apesar da escravidão doméstica constituir a aristocracia escrava, por ter maior contato com seus senhores

(14) Ver gravuras nºs 4, 5 e 6.

(15) Ver gravura nº 7.

(16) DEBRET, J. B. Op. cit., Livro II, Prancha 6, p. 128.

(17) Para estas diferenciações, ver gravuras nºs 7, 8 e 9.

res, e de haver uma distinção dentre eles segundo a natureza do trabalho executado, não se pode dizer que por exemplo, a mucama, escrava doméstica bastante prestigiada, esteja no topo de alguma hierarquia, pela sua própria condição de cativa.<sup>18</sup> Mesmo esses escravos estavam sujeitos a castigos.

No entanto, pode-se afirmar que os escravos domésticos, ao lado dos escravos de ganho, eram os que tinham mais possibilidade de conseguir a liberdade através da Carta de Alforria, se comparados com a escravaria empregada no trabalho do açúcar. Vários senhores concediam liberdade a seus escravos mais fiéis depois de um certo tempo de serviço ou no fim de suas vidas. Também a senhora podia conceder alforria quando no leito de morte.

### A.3. Escravos de Ganho

Uma outra categoria de escravos bastante encontrada, principalmente nas áreas urbanas, era o escravo de ganho ou rendeiro. Estes escravos eram os que prestavam serviços fora da casa do seu senhor, trazendo-lhe alguma renda. Diferenciavam-se dos rurais por possuírem uma liberdade relativamente maior de locomoção e o direito de possuir algum bem. No princípio, era costume que todo o produto do trabalho escravo fosse de propriedade do senhor. Porém, com o tempo foi se estabelecendo que, através de ajuste, com o senhor, doação ou legado, fosse permitido aos negros alguma propriedade individual.<sup>19</sup>

Os escravos de ganho executavam as mais variadas tarefas, desde atividades que exigiam certa habilidade até a simples venda de sua força muscular. O escravo urbano não era assim, necessariamente especializado, mas eclético. Os que tinham um ofício o vendiam segundo a necessidade do mercado. Encontravam-se no mercado os mais diversos tipos de escravos de ganho. Escravos para afazeres domésticos, serviços urbanos (construção e transporte), moços de recados, vendedores ambulantes e escravos de ofício. Usualmente encontravam-se também escravas como rendeiras - negras ganhadeiras. Ofereciam sucos, quitutes (angu, canjica, manué, sonho), café torrado, aves, peixe, leite e fazendas importadas.<sup>20</sup>

(18) Cf. GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1978, p. 464.

(19) Ibid, p. 76.

(20) Ver gravura 10.



Contudo, o tipo predominante de escravo de ganho era o carregador ou cargueiro. Carregava desde coisas mais leves, pois não era apresentável para o senhor carregar pacotes, até fardos mais pesados, algumas vezes em carros de mão.<sup>21</sup>

No início do século XVII, era habitual estes escravos carregadores conduzirem um cesto no braço e uma rodilha a tira-colo. As ruas das cidades eram cheias desses negros semi-nus, transportando fardos pesados e cantando alto.

Trabalhavam muitas vezes em grupo, fiscalizados a chibatadas. Usavam de estratégias para poupar-se como a simulação tremores. Junto aos cais, à porta da Alfândega, concentravam-se carregadores que várias vezes ao transportar a carga conseguiam arrebataram alguns produtos. - dizia-se então, que estes carregadores de produtos de importação eram sempre hábeis ladrões. O transporte realizado por escravos era tão dominante e rentável que frustrava a introdução de novos meios de transporte, pois isto prejudicaria os interesses dos proprietários e das pessoas que viviam dessa fonte de renda<sup>22</sup>.

Uma categoria de escravos de ganho mais qualificada era a dos chamados escravos de ofício que ajudavam os oficiais em suas lojas, recebendo uma renda semanal, ou trabalhavam de ambulantes.<sup>23</sup>

Num primeiro momento do escravismo não era conveniente a venda ou aluguel dos negros da casa pois isto representava situação financeira difícil. No entanto, tornou-se depois, costumes e bom negócio esta prática, surgindo até mesmo agências de locação de serviços escravos. Era usual a existência de pequenos capitalistas que viviam desocupados, mantidos somente com o aluguel de um ou dois escravos. Com o declínio do açúcar, a mão-de-obra escrava anteriormente ocupada na atividade agro-industrial transformou-se em escravos de ganho. Outro caso bastante encontrado era o de famílias empobrecidas passarem a ter o seu sustento provido pelo trabalho de algum escravo restante da casa.<sup>24</sup>

(21) Ver gravura 11.

(22) Cf. DEBRET, J. B. Op. cit., Livro II, Pranchas 35, 36 e 37.

(23) Ver gravuras nºs 12 e 13.

(24) Ver gravura nº 14.

Podiam ser encontradas as mais diferentes situações nas relações do senhor com o escravo de ganho. Em certos casos, o senhor provia as necessidades básicas do escravo e em outros, o próprio escravo se encarregava de sua manutenção, além de conseguir com seu trabalho, a renda pré-fixada pelo senhor. Outras vezes, ainda, era o locatário que fornecia estas condições ao escravo alugado. A forma do aluguel também era muito flexível. Para prazos muito curtos (1 dia, 1 semana), o contrato era simplesmente verbal; porém, se a utilização do escravo era por um tempo maior, fazia-se registro em cartório. Geralmente, aos domingos e dias santos, os escravos estavam dispensados de trabalhar para seu senhor. E mesmo os sábados eram concedidos àqueles encarregados de seu sustento.

## B. ÍNDIOS

De um modo geral, podem ser identificados quatro situações nas quais o indígena se enquadrava, em consequência da colonização. Este era assim, exterminado, transformado em cativo, expulso dos centros de colonização ou concentrado nos aldeamentos de jesuítas.

Apesar da mão-de-obra na zona canavieira ser de predominância escrava negra, era também utilizada pelos senhores de engenho a mão-de-obra indígena nativa.

No início da colonização, tentou-se empregar o índio como cativo. Apesar da escravidão ser um fato no regime político-social das comunidades indígenas, esta não se realizava de maneira semelhante àquela instituída pelos europeus. Segundo o costume indígena, os escravos eram prisioneiros feitos nas guerras entre as tribos. Desse modo, os índios traficavam com os colonos estes prisioneiros de guerra. No entanto, Pinto afirma terem eles comercializado em alguns casos também seus próprios filhos.<sup>25</sup>

Devemos considerar porém que esses indivíduos tinham um maior domínio da situação, se comparados aos negros, pois se achavam em seu ambiente, em território conhecido. Como foi discutido na introdução, as próprias características da atividade econômica praticada na colônia, exigiam um contingente de trabalhadores que

(25) Cf. PINTO, E. Os indígenas no Nordeste. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935, p. 186.

se submetesse às condições de trabalho. Fazia-se então, necessário trabalhadores alienados não só dos meios de produção, como também de suas origens. Nesse contexto, o negro era mais conveniente do que o nativo. Devemos também lembrar que na Paraíba, o relacionamento com os índios Potiguaras foi muito difícil. Para a estabilidade da economia, os portugueses precisavam conservá-los como aliados.<sup>26</sup> Havia leis que determinavam os casos em que o índio poderia ser escravizado. Em 27 de outubro de 1831, foi abolido definitivamente o cativoiro indígena.

Os índios se tornavam excelentes trabalhadores quando civilizados. Estes executavam trabalhos agrícolas, eram empregados como soldados, caçadores, usados para afastar os selvagens das terras recém-cultivadas. A remuneração desses trabalhadores era em forma de gêneros alimentícios e cachaça. Eram também encontrados índios qualificados, portadores de um ofício, trabalhando na construção de igrejas e em empreendimentos dos jesuitas e caboclas no serviço particular de ricos proprietários.

Na atividade canavieira, os índios executavam sempre as tarefas mais simples como limpeza anual da levada, do sangradouro e o corte de lenha. Dificilmente se encontravam índios nas funções de carapinas, ou na casa de purgar. Sua utilização mais comum era como capitão-de-mato na caça aos negros fugidos. Isso criava uma distinção ideológica em relação ao negro, que o tinha como inimigo.

### C. TRABALHADORES QUALIFICADOS LIVRES

A transformação do açúcar exigia poucos trabalhadores que dominassem a técnica do seu processo. No princípio dessa atividade essas funções não podiam ser ocupadas por negros e índios, que ficavam limitados ao trabalho braçal. As tarefas especializadas do fabrico do açúcar e atividade acessórias ficavam então, a cargo de trabalhadores livres assalariados trazidos da Ilha da Madeira e da Europa.

Esse trabalhador livre assalariado não pode porém, ser identificado com o trabalhador livre europeu, artesão ou com o pro

(26) Cf. PORTO, W. M. Paraíba em preto e branco. João Pessoa. A União Cia. Editora, 1976, p. 72 & MONTEIRO, S. C. Pequena História da Paraíba. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1975, p. 76.

letário do Capitalismo. Sua função deve ser entendida dentro da dinâmica do trabalho escravo. Segundo Ferlini, este era,

*"fundamentalmente, um técnico habilitado, conhecedor de procedimentos indispensáveis ao processo do açúcar ou de habilidades artesanais desconhecidas pelos negros". 27*

Entretanto, como esses ofícios eram inerentes à linha de produção de engenho, essas capacidades intelectuais eram dominadas pela estrutura produtiva, fazendo-se alheia ao trabalhador.

Ao serem esses conhecimentos dominados, foram sendo subdivididos e executados por trabalhadores menos habilitados a quem era oferecido uma remuneração menor, a trabalhadores eventuais principalmente nos serviços de manutenção, e depois por escravos.

No séc. XIX, era comum encontrar negros alforriados em funções qualificadas. Em funções que originalmente eram específicas de assalariados como no caso de barqueiros, há referências nos sécs. XVIII e XIX à utilização de escravos.

Conforme Gorender, "uma vez que era acessória [...] a relação salarial cedia lugar à relação escravista, sempre que houvesse um escravo apto a substituir o assalariado". 28

Eram encontrados trabalhadores qualificados no controle de todas as etapas do processo de transformação do açúcar, ou seja, na moenda, cozinha, casa de purgar e no setor de secagem e caixotaria.

Relacionamos a seguir, baseados em Decca e Ferlini, algumas das funções qualificadas mais importantes, iniciando pelas de Controle e Apoio.

O feitor-mor era o administrador geral. Distribuída, mantinha e disciplinava escravos, punindo embriaguês, roubo, fuga, preguiça, geralmente com violência. Porém, havia casos em que os escravos, quando injustiçados, podiam recorrer ao senhor. Além de administrar a mão-de-obra, o feitor providenciava o transporte da cana dos partidos para o engenho e consertos. Apesar de ter um grande número de atribuições, suas decisões estavam subordinadas à von

(27) Cf. FERLINI, V. L. A. Op. cit., p. 51-2.

(28) Cf. GORENDER, J. Op. cit., p. 289.

tade do senhor.

"Obrigação do feitor-mor do engenho é governar a gente e reparti-la a seu tempo, como é bem, para o serviço. A ele pertence o saber do senhor a quem se há de avisar para que corte a cana e mandar-lhe logo recado. Tratar de aviar os barcos e os carros para buscar a cana, formas e lenha. Dar conta ao senhor de tudo o que é necessário para o aparelho do engenho, antes de começar a moer, e, logo acabada a safra, arrumar tudo em seu redor. Vigiar que ninguém falte à sua obrigação, e aludir de pressa a qualquer desastre que suceda, para lhe dar, quando puder ser, o remédio. Adoecendo qualquer escravo, deve livrá-lo do trabalho, e por outro em seu lugar e dar parte ao senhor, para que trate de o mandar trabalhar, e ao capelão para que o ouça de confissão, e o disponha, crescendo a doença, com os sacramentos para morrer. Advirta que não se meta no carro os bois que trabalharam muito nos dias antecedentes, e que em todo serviço assim como se dá algum descanso aos bois e cavalos, assim se dê, e com maior razão, por suas equiparações aos escravos". 29

A remuneração era feita através do salário, cujo valor era de 110 mil réis na primeira metade do séc. XVII, e 60 mil réis no séc. XVIII. Encontravam-se variações desse cargo que eram o feitor-pequeno na moenda, auxiliado pelo lavadeiro, e sua função principal era não permitir que os negros adormecessem para não serem acidentados, recebendo uma renda de 50 mil réis; e o feitor de partido nas plantações, que servem como vigias das terras, acusando a presença de algum estranho no roçado e providenciando para que os escravos trabalhem.

O cobrador de rendas era o encarregado de fazer cumprir a moagem dos lavradores de cana obrigada e receber renda dos lavradores arrendatários. Esta categoria era mais encontrada em engenhos de jesuítas e recebia uma remuneração anual média de 40 mil réis.

O escrivão lidava com os livros de controle. Também era mais comum em engenhos dos jesuítas, sendo exercido pelo próprio senhor no caso de engenhos particulares.

O solicitador era o procurador em questão com lavradores. Mais usual em engenho de jesuítas, recebiam uma remuneração de 40 mil réis.

Os letrados ajudavam o solicitador. Recebiam uma remuneração de 30 mil réis.

O cirurgião foi mais citado nos sécs. XVI e XVII. Recebiam uma remuneração de 30 mil réis para sangrar e medicar negros.

Passamos agora às funções que requeriam um ofício, recebendo por isso, uma boa remuneração, tendo porém, geralmente que trabalhar em condições não satisfatórias.

O mestre de açúcar era o trabalhador mais qualificado, pode ser comparado ao engenheiro de produção dos tempos atuais, pois comandava todos os processos técnicos controlando a moagem, o cozimento, dava o ponto para a colocação nas formas, administrando tacheiros e caldeireiros. Possuía a maior remuneração, variando de 100 a 170 mil réis, nos sécs. XVII e XVIII. Sua habilidade técnica era tão importante para o processo produtivo que se achava numa posição superior até mesmo aos cargos de chefia. Conscientes de sua sabedoria indispensável ao engenho, eram vaidosos, tornando-se comum a comparação besta como mestre-de-açúcar.<sup>30</sup> Porém trabalha em péssimas condições e se achava subordinado ao ritmo de trabalho, tendo pouco tempo para si mesmo, daí o ditado: mestre de açúcar só toma banho quando chove.<sup>31</sup>

O caldeireiro de escumar cuidava da limpeza do caldo, ganhando em média 35 mil réis.

O banqueiro ou sota-mestre era o ajudante do mestre de açúcar durante o trabalho noturno. Sua remuneração variava de 30 a 40 mil réis. Podia ser ajudado pelo sota-banqueiro, que recebia somente um mimo no fim da safra.

O carapina era responsável pela manutenção das rodas da moenda. Originalmente era exercida por um trabalhador fixo que ganhava em média 80 mil réis.

O levadeiro auxiliava o feitor-pequeno, responsável pelo funcionamento da moenda. Sua remuneração era de 45 mil réis.

(30) CASCUDO, L. da C. Sociologia do açúcar. Rio de Janeiro, IAA, 1961, p. 139.

(31) Ibid,

O purgador supervisionava o processo de purificação do açúcar, atentando para o tempo de colocar o barro e os sinais dos vários estágios de purgação do açúcar. Recebia cerca de 50 mil réis.

O caixeiro do engenho encarregava-se do encaixotamento, da separação por qualidades e da distribuição do açúcar entre o senhor de engenho e os lavradores, como também do embarque do produto. Recebia de 30 a 40 mil réis. Muitas vezes, o feitor exercia essa função.

O barqueiro recebia 40 mil réis e no séc. XVII eram em contrados 3 trabalhadores assalariados nessa função.

Nas funções de manutenção era mais habitual se achar trabalhadores eventuais pagos por dia ou empreitada, Esses pagamentos variavam conforme a habilidade e a raça, sendo que os brancos eram os melhor remunerados mesmo quando apredizes, seguidos pelos negros forros e pelos índios. Compreendiam carapinas, calafates (consertavam embarcações), ferreiros, pedreiros, tacheiros, etc.

Além dos trabalhadores qualificados participantes do processo produtivo do açúcar, merecem também destaque aqueles empregados na construção civil. Eram sempre estrangeiros, portugueses em sua maioria, cujas ocupações mais freqüentes eram as de mestre de obra, carpinteiro e pedreiro.

Sua jornada de trabalho diária era extensa, indo das 5:30 às 18:30 horas, porém trabalhavam apenas cinco dias da semana, exceto o pedreiro-mestre que dava horário integral.

A remuneração é feita seguindo esta ordem: o pedreiro-chefe recebe um dólar por dia; seus ajudantes, predominantemente brancos, de 40 a 70 centavos; e 25 a 30 centavos os menos qualificados. É provável que dentre estes últimos estivessem os escravos de ganho.<sup>32</sup>

#### D. CULTIVADORES

Foram incluídos nesse item aqueles indivíduos que, de cer

(32) EWBANK, T. A vida no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976, p. 147.

ta forma, mantinham-se à margem da atividade econômica predominante. Não se tratava de mão-de-obra explorada diretamente nem tampouco detinham a renda gerada por essa atividade.

Foram identificados dois grupos:

#### D.1. Moradores

Eram trabalhadores que não possuíam escravos nem detinham a propriedade da terra, estabelecendo-se nos terrenos alheios, geralmente pouco férteis. Esta concessão era feita de várias maneiras - em troca da prestação de serviços e/ou do pagamento de uma renda simbólica ou apenas por favor. Situavam-se nos limites dos latifúndios, realizando uma cultura de subsistência que não permitia a formação de qualquer excedente, provendo apenas sua sobrevivência. Eram reservas de mão-de-obra utilizadas em tarefas externas ao processo produtivo tais como vigilância e defesa da propriedade. Esta concessão era feita através de um contrato verbal podendo o senhor de engenho arbitrariamente expulsá-los a qualquer momento.

Vauthier identifica uma outra obrigação para esta concessão que é a criação de animais que o proprietário pudesse dispor para o transporte.<sup>33</sup>

Estes indivíduos eram comumente mestiços, negros livres e índios.

#### D.2. Camponeses independentes

São classificados como independentes por possuírem um modo de produção fora do âmbito e dos limites dos grandes latifúndios.

Esses trabalhadores praticavam uma cultura de subsistência cujo pequeno excedente era comercializado nas cidades mais próximas, quando possível.

O nomadismo também era uma característica do seu estilo de vida pois era utilizado o sistema de coivara dos indígenas - quei

(34) VAUTHEIR, L. L. "Carta IV". In: FAUUSP/MEC/IPHAN. Arquitetura Civil I. São Paulo, 1975, p. 94.



mada da mata virgem - e a utilização do solo até seu esgotamento, sendo necessária a transferência para outro local. Eram os chamados sítios volantes.

#### E. AGREGADOS

Devido às próprias características da família, do tipo patriarcal, diferente da família nuclear, concebida atualmente, era comum a existência de agregados ou encostados da casa grande. Segundo do Cascudo, estes apareciam

*"...suplicando um encosto para passar chuva, e iam se deixando ficar, com mulher e filharada em multiplicação, com trabalho raro nos machos e choradeira aliciante nas fêmeas..." 34*

Estes indivíduos excluídos da riqueza do açúcar exerciam pequenos serviços rápidos em troca de comida e proteção do senhor de engenho. Dentre esses serviços costumava-se utilizá-los como soldados particulares do senhor, com a tarefa de defendê-los em conflitos de terra e questões de honra.

*"...entre esses desclassificados recrutam-se os bandos[...] a serviço de poderosos e mandões locais, [...] seus caprichos e ambições nas lutas de campanha que eles entre si sustentam [...] Mas apesar [...] o arrolamento dos indivíduos sem eira nem beira nas milícias particulares dos grandes proprietários [...] ainda constituiu um penhor de segurança e tranquilidade, porque canaliza sua natural turbulência e lhes dá um mínimo de organização e disciplina." (sic) 35*

#### F. OUTROS

Havia também os indivíduos que exerciam profissões tidas como humildes nas cidades, com os pequenos negociantes, barbeiros, sapateiros, ferreiros, alfaiates, quituteiras, além dos empregados públicos subalternos.

Os marginalizados estigmatizados eram constituídos pelas prostitutas, vadios e mendigos, que incluíam escravos inválidos abandonados pelo seu senhor.

(34) CASCUDO, L. da C. Sociologia... p. 282.

(35) PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo (Colônia). São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 281-2.

## JORNADA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Para o senhor de engenho, o aumento da produtividade era feito através do aumento do número de horas de trabalho, quase até a exaustão física. O desenvolvimento de técnicas capazes de elevar a produtividade do trabalho escravo não era assim, um elemento importante no processo produtivo do engenho. Algumas inovações só foram introduzidas a partir da segunda metade do século XIX, quando se tornou grande a dificuldade de se obter braços para o trabalho servil.

Executando tarefas predominantemente não qualificadas e sendo propriedade do senhor, a força de trabalho escrava era utilizada de forma extensiva. A destreza para o escravo não era útil, pois trabalhava por tarefas e, como cativo, não seria remunerado. A este não interessava o melhoramento da técnica produtiva, que, a seu ver, viria somente quebrar a rotina de trabalho e trazer-lhe mais responsabilidade.

A jornada de trabalho do escravo inserido no processo produtivo, seja no eito ou na moita, já muito extensa, era aumentada pela execução de tarefas complementares de manutenção do engenho e de sua própria subsistência, como cultivo e preparação de alimentos.

O excesso de trabalho era ainda maior na época da moagem, posto que o proprietário reduzia ao mínimo o número de escravos, devido ao seu alto custo de aquisição.

Ao lado dessa jornada de trabalho extensa e, ao mesmo tempo intensa, também contribuía para o esgotamento físico da mão-de-obra, as péssimas condições de trabalho. O cuidado com a segurança e com a salubridade do ambiente de trabalho era mínimo. As referências a medidas preventivas de acidente são escassas, como a colocação de arcos de ferro nas bocas das fornalhas para proteger os metedores de lenha.<sup>36</sup>

A casa da moenda era o local de maior perigo, onde os acidentes de trabalho resultavam em mutilações ou mesmo morte.

*"Acontece muitas vezes que esse esgotamento provoca desastres. Pode ocorrer que a mão, ou a roupa do negro encarregado de colocar a cana entre os cilindros seja presa; o braço, às vezes o corpo inteiro, é então esmagado, a menos de socorro imediato.*

(36) Cf. ANTONIL, A. J. Op. cit., p. 115.

Em algumas fazendas vê-se ao lado da máquina, uma grossa barra de ferro para parar os cilindros ou separá-los em caso de perigo. Entretanto, muitas vezes, o único meio de salvar o infeliz é cortar-lhe imediatamente a machado, os dedos, a mão ou braços presos nos cilindros." 37

Os indivíduos trabalhadores livres ou escravos, ficavam também expostos a altas temperaturas, como nas casas da fornalha e da caldeira. Segundo Almeida Prado, os africanos pensavam que iam ser comidos pelos brancos mas "erravam de pouco, porque em vez de alimento para homens, sê-lo-iam para a fornalha dos engenhos." 38

Transcrevemos a seguir, algumas citações que ilustram bem as condições de trabalho nestes setores:

"... cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões[...] Nem faltam perto dessas fornalhas os escravos boubentos." 39 e os que têm corrimento, obrigados a esta penosa assistência para purgarem com suor violento os humores gálicos de que têm cheios seus corpos. Vêem-se aí, também, outros escravos, facinorosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraordinária maldade com pouca ou nenhuma esperança de emenda". 40

"...É também esta casa [da caldeira] lugar de penitentes, porque comumente se vêem nelas uns mulatos e uns negros crioulos exercitar o ofício de tacheiros e caldeireiros, amarrados com grandes correntes de ferro a um cepo ou por fugitivos, ou por insignes em algum gênero de maldade para que desta sorte o ferro e o trabalho os amanse." 41

Vemos, então, que além dos métodos de tortura típicos como anjinhos, tronco, gargalheira, 42 que era uma peça de ferro com hastes usadas no pescoço emitas muitas vezes ligadas ao tornozelo por correntes, e prego, martírio aplicado ao escravo que tinha sua orelha presa num portal sendo logo após obrigado a arrancá-la ao

(37) RUGENDAS, J. M. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo, Martins, 1979, p. 179.

(38) PRADO, J. F. de A. Pernambuco e... São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939, v. 1, p. 291.

(39) Portadores de bouba, doença infecciosa de origem sífilítica.

(40) ANTONIL, A. J. Op. cit., p. 115.

(41) Ibid., p. 119.

(42) Ver gravura n. 15.

correr para alcançar o amo antes que uma cusparada deste secasse, as próprias condições de trabalho, sendo um suplício, serviam como punição aos escravos rebeldes reincidentes.

Também a mão-de-obra não participante diretamente do sistema produtivo do açúcar, mas ocupada em atividades acessórias, tinham suas funções identificadas pelas deformidades físicas decorrentes de excesso de trabalho e acidentes. Assim é que, os negros de ganho carregadores tinham como características pernas tortas e uma coroa, ou seja, um achatamento na cabeça resultado do transporte do peso demasiado. Era comum anunciar nos jornais estes defeitos físicos relacionados às atividades:

'...mãos calejadas e tortas por ser carpinteiro' 43

'...oficial de alfaiate, o que se conhece pelos dedos...' 44

'...nas juntas dos dedos das mãos calos de amassar pão.' 45

'...dedos marcados de puxar agulha.' 46

Como meios de atenuar essa dilapidação da força de trabalho, costumava-se distribuir intercaladamente uma quantia de garapa aos cativos que executavam tarefas mais penosas.

"Os claros, ou última escuma das meladuras, que, como temos dito, servem para garapa dos negros, se lhes repartem alternadamente por esta ordem. No fim de uma tarefa, se dão aos que assistem na casa das caldeiras e nas fornalhas; no fim de uma outra tarefa, se dão às escravas que trabalham na casa da moenda; e depois desta se dão aos que buscam caranguejos e mariscos, para se repartirem e aos barqueiros que trazem a cana e a lenha ao engenho. É sempre se repete a distribuição com a mesma ordem, para que todos os que sentem o peso do trabalho cheguem também a ter o seu pote, que é a medida com que se reparte este seu desejado néctar e ambrosia." 47

Outras funções como amassador de barro de purgar e os medidores de lenha só ganhavam esse alívio se por compaixão de parceiros.

(43) Diário de Pernambuco, 21.6.1834, apud FREYRE, G. O escravo nos anúncios... São Paulo, 1ª Editora Nacional, 1979, p. 30.

(44) Jornal do Comércio, 3.01.1833, apud *ibid.*, p. 30.

(45) Diário de Pernambuco, 8.08.1933, apud *ibid.*, p. 30.

(46) *Ibid.*, 9.08.1830, apud *ibid.*, p. 30.

(47) ANTONIL, A. J. *Op. cit.*, p. 124.

Da parte do trabalhador a estratégia utilizada era o canto ou mesmo o assobio para conseguirem manter o mesmo ritmo de trabalho, o que não era apenas característica do negro do engenho, uma vez que o canto era também utilizado em pregões pelos negros de ganho para anunciar suas mercadorias e pelos negros carregadores, que não revelavam seu significado.

*"Todos cantavam - o tangedor, o cevador de cana, o bagaceiro. E, na casa da caldeira, o fomalheiro, o mestre, o batedor[...] Quem não cantava assobiava. Era ramerrão que aligeirava a faixa. Corria a alegria dos corações endurecidos com a garapa do ce da moenda de ferro". 48*

Além da disciplina inerente às características do processo produtivo, eram tomadas medidas como a proibição do uso de alimento.

*"Ou se estila dele (do mel que cai das formas, depois de lhe botarem barro) água ardente, que eu nunca aconselharia ao senhor de engenho para não ter uma contínua desinquietação na senzala (sic) dos negros, e para que os seus escravos e escravas não sejam com a água ardente mais borrachos do que os faz a cachaça." 49*

## PARTE II - LEI POPULACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA NO ESCRAVISMO

### A. POSICIONAMENTO DO PROBLEMA

Enquanto que no Capitalismo Industrial forma-se o exército industrial de reserva, constituído de trabalhadores desocupados parcial ou inteiramente, excluídos pelas flutuações de mercado e pelas inovações técnicas introduzidas, no modo de produção escravista cria-se a escassez da mão-de-obra escrava pela sua diminuição.<sup>50</sup>

Não podemos negar contudo, a existência de um excedente de mão-de-obra utilizado eventualmente, constituído pelos negros

(48) ALMEIDA, J. A. de. A bagaceira, 1928, apud CASCUDO, L. da C. Sociologia do açúcar. Rio de Janeiro, IAA, 1971, p. 227.

(49) ANTONIL, A. J. Op. cit., p. 133.

(50) Cf. GORENDER, J. Op. cit., p. 321.

forros, índios, que não foram aproveitados como trabalhadores permanentes, pelos motivos alegados no item referente ao índio, e pela sua pouca resistência às doenças mais simples como sarampo infantil, contraídas no contato com o europeu e moradores.

*"Constituindo uma boa parcela da população rural, eram esses moradores uma reserva de mão-de-obra que poderia ser utilizada pela agro-indústria do açúcar que não absorvia esta massa humana disponível por preferir o trabalho escravo ao assalariado. Formase, assim, lentamente, como que à espera da extinção do tráfico, uma reserva da mão-de-obra que os proprietários dispunham na hora em que os escravos lhes faltassem."* 51

A força de trabalho dos indivíduos em atividade é explorada ao máximo, tanto em jornada de trabalho, quanto em intensidade. Esse número de trabalhadores só era aumentado pela necessidade de uma produção maior, já que não se dispunha de máquina.

A lei populacional pode ser definida como a lei que rege o movimento de absorção ou rejeição da mão-de-obra da superpopulação relativa. Esta lei vai determinar a diferença de utilização e tratamento da mão-de-obra durante o tráfico negreiro e após sua abolição.

#### B. TRATAMENTO DISPENSADO AO TRABALHADOR NO PERÍODO DO TRÁFICO NEGREIRO

No primeiro período, havendo uma oferta maior de mercado (o escravo), esta poderia ser facilmente substituída. O preço do negro também era baixo. Assim, não era compensador que o senhor reduzisse a carga de trabalho prolongando a sua vida útil, além do que haveria uma diminuição do produto líquido. Porém, essa importação de mão-de-obra escrava, necessária para produção, era constante.

Dessa forma, quase toda a produção era consumida na compra de braços, causando um endividamento crescente do senhor de engenho. Segundo Ferlini, "seu objetivo (do senhor) não era o lucro ou a racionalidade empresarial, mas a acumulação de escravos e terras." 52

(51) ANDRADE, M. C. de. A Terra e... São Paulo, Livraria Editora Ciências Sociais, 1980, p. 76.

(52) FERLINI, V. L. do A. Op. cit., p. 81.

C. TRATAMENTO DISPENSADO AO TRABALHADOR APÓS A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO  
NEGREIRO

Já no segundo período, o preço dos escravos alcançou altos índices, reduzindo-se o montante da amortização anual.<sup>53</sup> Tornou-se, dessa forma, interessante o prolongamento da vida útil do escravo, não através da redução de sua jornada de trabalho, mas de um tratamento melhor, que aumentava o seu custo monetário.

A amortização anual é o resultado da divisão do capital investido por ocasião da compra, pela duração da vida útil do escravo e significa a recuperação anual deste capital. Como exemplo: Um escravo que custou 100 e tem sua média de vida útil de 10 anos, permitirá uma amortização anual de 10.

C.1. Tráfico Interprovincial de Escravos

Como resultado da valorização da mão-de-obra escrava de corrente do fim do seu tráfico e da crise econômica, quando do declínio do açúcar, houve um intenso fluxo de escravos das regiões mais pobres para as mais prósperas, originando um tráfico interprovincial.

Houve, nesse época, uma evasão da população escrava mais produtiva (homens jovens). Em 1872, os escravos do sexo masculino representavam 49,68% e do sexo feminino 50,32%. Em 1884, a população masculina escrava decresceu para 46,55%.<sup>54</sup>

O quadro a seguir mostra como houve uma alta no preço do escravo no Sul, com a expansão da lavoura cafeeira e a intensificação do comércio interprovincial.

A N O	PREÇO MÉDIO (mil réis)
1843	550
1853	960
1863	1920
1873	1600
1883	1080

FONTE: Warren Dean, Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 e 1920, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.66 (Parcial)<sup>55</sup>

(53) Cf. GORENDER, J. Op. cit., p. 323.

(54) Cf. GALLIZA, D. S. de. O declínio na escravidão. João Pessoa, Ed. Universitária, 1979, p. 36.

(55) Apud ibid., p. 112.

Devemos lembrar que embora abundante em Pernambuco, a mão-de-obra era escassa na Paraíba, devido ao baixo poder aquisitivo dos proprietários locais, conforme os inventários de 1850-1858, onde apenas 17% dos engenhos da Paraíba registravam mais de 25 escravos e 75% menos de 21. Enquanto que em Pernambuco 47 proprietários de Jaboatão possuíam cerca de 70 escravos.<sup>56</sup>

Esta situação foi agravada com as crises econômicas após períodos de seca e com as epidemias como a de cólera morbo ou asiática, que dizimou as populações das senzalas e mocambos parecendo "arte diabólica dos brancos para acabar com a gente de cor,"<sup>57</sup> e de varíola.

Segundo Irineu Pinto, morreram 2982 escravos, ou seja, 10,4% do total em 1852.<sup>58</sup> Também nos anos de 1641-42, morreram mais de 1000 escravos, "...cuja reposição dos engenhos era feita aos poucos e a preços exorbitantes, sem jamais cobrir as necessidades reais de trabalho."<sup>59</sup>

As autoridades provinciais preocupadas com o incremento ainda maior da falta de mão-de-obra pelo comércio interprovincial, lançaram um imposto de exportação de 100 mil réis que, no entanto, não surtiu efeito, havendo a redução desse comércio apenas em períodos de ascensão da economia, voltando a se identificar nas épocas de flagelo, como a seca de 1877-79. Galliza refere-se à conveniência do aumento desse imposto também para o Sul, pois a situação chegou a um ponto em que os habitantes dessa região tinham um movimento abolicionista no Norte.<sup>60</sup>

(56) Cf. *ibid.*, p. 42.

(57) Cf. FREYRE, G. Sobrados... Rio de Janeiro, José Olímpio, 1961, p. 550.

(58) Apud GALLIZA, D. S. de. *Op. cit.*, p. 134.

(59) MONTEIRO, V. dos S. C. *Op. cit.*, p. 120.

(60) Cf. GALLIZA, D. S. de. *Op. cit.*, p. 121.



ESCRAVOS DESPACHADOS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA E SEU IMPOSTO  
DE EXPORTAÇÃO

ANOS	Nº DE ESCRAVOS DESPACHADOS	IMPOSTO/ ESCR.DESP.
1856	40	100\$00
1861	17	25\$00
1874	140	50\$00
1880	128	75\$00

FONTE: Para os dois primeiros anos, "Orçamento da Receita do Tesouro Provincial da Parahyba do Norte, in Col. de Leis de Eduardo Martins, para os dois últimos, Livro do Tesouro Provincial, Biblioteca do Dr, Maurílio A. de Almeida. <sup>61</sup>

O quadro seguinte indica a significativa evasão dos escravos aptos para o trabalho no ano de 1879, podendo se observar que o maior número de embarcados, representando uma porcentagem de 47,5 era de indivíduos entre 16 e 30 anos.

ESCRAVOS EXPORTADOS NA PARAÍBA POR IDADE E SEXO NO ANO DE  
1879

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE ESCRAVOS			
	S.MASCUL.	PORCENTAG	S. FEMIN.	PORCENT.
5 - 10	5	5.6	4	-
11 - 15	17	19.1	17	21.1
16 - 20	17	16.8	17	21.1
21 - 25	14	15.7	16	20.0
26 - 30	12	13.4	5	6.2
31 - 35	4	4.9	3	3.7
36 - 40	-	-	-	-
41 - 45	-	-	3	3.7
Idade indiscriminada	22	24.7	18	22.5

FONTE: Arquivo Público de João Pessoa. Procuração para a venda de escr., ano 1879, Gp. I. <sup>62</sup>

(61) Apud ibid., p. 114-5.

(62) Apud ibid., p. 120.

Surgiram companhias comerciais destinadas a este tipo de comércio como Melo & Cia., José Rufino de Souza, Cahan Frêres (franceses). Algumas tinham ligações com importadoras do Rio de Janeiro como Aguiar Iglesias e utilizavam os jornais para anúncio de suas mercadorias. O tráfico interprovincial foi abolido em 1885 com a lei Saraiva Cotegeipe.

## C.2. Do Trabalho Escravo ao Trabalho Semi-assalariado

Além dessa exportação de mão-de-obra para outras regiões como a do café e do ouro, houve também modificações na forma de sua utilização. Assim, tornou-se costume:

C.2.a. Transferir os escravos esgotados dos trabalhos do engenho para as tarefas domésticas, ou outros proprietários por um preço menor; chegada de criadas brancas de Lisboa para competir com escravas de cor anunciadas em jornais;

C.2.b. Uma quantidade cada vez mais de escravos passou a ser alugada ocupando jornais com anúncios.

*"Precisa-se comprar uma mulata que seja perfeita costureira de agulha e tesoura, paga-se bem agradando as suas qualidades: na rua do Trapiche, Recife, nº 40, se dirá quem a pretende."* 63

*"Vende-se uma escrava muito moça, bonita figura, sabe cozinhar e engomar e é uma perfeita costureira própria para qualquer modista: na botica de Joaquim Ignacio Ribeiro Junior, na Praça da Boa Vista."* 64

C.2.c. Surgiram agências para aluquel de escravos, onde eram recebidos para serem vendidos mediante o pagamento de uma taxa de seus Srs. Uma dessas casas de comissão de escravos funcionou em Recife em meados do séc. XIX.

(63) FREYRE, G. Os escravos nos anúncios..., Op., cit., p. 9.

(64) Ibid., p. 9.

## "ATENÇÃO

CASA

de

comissão de escravos

na

Rua larga do Rosário n. 20

segundo andar.

Nesta casa recebem-se escravos para serem vendidos por comissão por conta de seus srs. Afiança-se o bom tratamento, assim como as diligências possíveis para que os mesmos sejam vendidos com promptidão a fim de seus srs. não soffrerem empecilho na venda delles. Nesta casa ha sempre para vender escravos de diferentes idades de ambos os sexos, com habilidade e sem ellas." 65

Os escravos domésticos passaram a ser alugados para serviços urbanos.

"A pessoa que tiver escravos e quizer alugar para trabalhar na estrada de ferro, pagando-se mil réis por dia ou mesmo gente forra que se queira sujeitar (grifo nosso), dirija-se a rua estreita do Rosário n. 23, segundo andar." 66

C.2.d. Substituição crescente do trabalho escravo pelo livre assalariado e máquinas. A partir do século XIX essa substituição foi estimulada pela criação de leis reguladoras das relações entre proprietários e trabalhadores e pela importação de trabalhadores qualificados.

"...Importa pois, Senhores, que promovais como todo o desvello a imigração de colonos uteis, e industriozos para esta Província o que se poderá obter por intermédio dos nossos Agentes Diplomáticos nas Cortes da Europa, designando-se o numero, e qualidade dos colonos, a sua despesa, quantos individuos devem caber a cada plantação, lavoura ou fabrica, e finalmente empregando-se outras tantas medidas que não podem escapar a vossa perspicácia, e sabedoria, tendo de acrescentar unicamente quanto mais necessário se torna promover a colonização, quanto se considera a diminuição de braços, que vai experimentando a lavoura pela abolição justa do bárbaro, e deshumano tráfico da escravatura." 67

(65) Ibid., p. 10.

(66) Ibid., p. 6.

(67) FALLA, com que o Exmo. Presidente da Província da Parahyba do Norte...

Em 1856 o Governo paraibano foi autorizado a pagar 10 contos de réis nessa importação e a solicitar ajuda do Governo Imperial. Os lavradores interessados pagariam a passagem dos colonos, metade para os cofres provinciais, metade no fim do ano. Estas despesas eram posteriormente descontadas de seus salários. Caso algum deles morresse, a segunda parcela seria dispensada. Porém, essa medida não obteve resultados satisfatórios pela inadaptação dos trabalhadores ao clima, pela falta de subsídios para importação, falta de disponíveis e depressão econômica. Outros achavam que o trabalho nacional deveria ser valorizado criando-se escolas normais de agricultura e indústria, facilitando-se terrenos, sementes e instrumentos e capital a juros módicos para as famílias. Uma forma encontrada foi a soldada, emprego de órfãos e filhos de pais que não podiam sustentá-los, como trabalhadores rurais em troca de manutenção e um salário depositado nos cofres municipais que seria retirado na maioridade, quando o indivíduo seria liberto.

Outra forma foi a criação de colônias agrícolas empregadas como medidas de urgência após a seca de 1877-79. Os proprietários cederam parcelas de suas terras em troca de um dia de trabalho dos colonos ficando o governo encarregado de fornecer alimentos, ferramentas e sementes. O resultado não foi inteiramente satisfatório, mas é de se supor que muitos colonos continuaram exercendo atividades nos engenhos, havendo uma maior integração com o trabalho livre.<sup>68</sup>

A substituição do trabalho escravo por máquinas era muito polêmica. Os escravocatas faziam-na oposição argumentando que para operarem estas máquinas eram necessários cerca de 200 operários e não teriam como pagar esses jornaleiros.<sup>69</sup>

#### D. REPRODUÇÃO

Após a discussão da dinâmica da lei populacional no escravismo e das modificações surgidas no modo de utilização da força de trabalho, pudemos compreender a diversidade de tratamentos dispendidos à classe trabalhadora. O tratamento a que nos referimos, abrange não somente as condições de trabalho, como principalmente a reprodução da força de trabalho.

(68) GALLIZA, D. S. de. Op. cit., p. 127-34.

(69) FREYRE, F. Sobrados..., p. 544.

Esta reprodução se dá em três níveis interligados: material, social e biológico. Para entendermos de fato esta reprodu-ção, precisamos ter bem claro em mente a relação dialética entre esses diversos níveis. Veremos no decorrer da exposição que ela está diferenciada no tempo e é determinada pela situação sócio, econômica e política do momento.

Estes níveis não são percebidos distintamente na práti-ca, uma vez que se superpõem, sendo esta divisão apenas de efeito didático:

a) Reprodução material, que se refere às condições de trabalho e às condições básicas de vida que possibilitam a reprodução da força de trabalho;

b) Reprodução social, que trata da dinâmica das classes sociais, referindo-se à mobilidade interclasses ocasionada por diversos fatores como a aquisição de qualificações, alforria, casamento ou ligações pessoais; como também sua permanência na mesma categoria social e econômica; e

c) Reprodução biológica, que se refere à procriação dos indivíduos em relações oficiais ou não.

#### D.1. Reprodução Material

Como já foi discutido anteriormente em Composição da Classe Trabalhadora, a grande maioria do contingente de trabalhadores deste período era constituído por escravos cabendo ao senhor prover as condições básicas de vida dessa população. Devemos lembrar contudo, que também o trabalhador livre dependia na sua reprodução imediata do grande proprietário, sendo comum uma remuneração extramonetária. Antonil cita até mesmo trabalhadores qualificados' como carapinas, recebendo parte do seu salário em gêneros alimentícios.

"Ao carapina da moenda, se dão cinco tostões cada dia a seco e, se lhe derem de comer, da-se-lhe um cruzeiro..." 70

Dessa forma, tanto os cativos como a população livre sem recursos dependiam do Senhor para sua sobrevivência. Vimos que o

(70) ANTONIL, A. J. Op. cit., p. 114.

morador mantinha-se às custas de favor deste, que lhe concedia, em troca de subordinação ou trabalho ocasional, local para moradia e terra para o cultivo de subsistência.

Os agregados, por sua vez, viviam encostados à casa grande, onde recebiam abrigo e alimentação.

A abordagem da Reprodução Material dá-se sob os aspectos de Alimentação, Terra para Cultivo, Vestuário, Saúde e Moradia. Reservamos, porém, a discussão deste último, para capítulo posterior.

#### D.1.a. Alimentação

De uma maneira geral havia escassez de gêneros alimentícios nos primeiros séculos de colonização. Apesar de existirem muitas referências à riqueza natural em frutas, raízes e animais, viajantes como Tollenare colocam-se em discussão quando afirmam que esta não era tão abundante quanto se divulgava.

*"Andei mal avisado em acentuar a existência dos frutos silvestres como recurso alimentício. Eles não são tão numerosos nem tão procurados como eu figurava."* 71

Em contrapartida ao recurso do extrativismo, não havia a preocupação do cultivo para subsistência, pois todo o interesse estava voltado para a monocultura exportadora, inclusive a mão-de-obra. Esse papel secundário da agricultura de subsistência no sistema econômico do país gerava um problema de abastecimento alimentar nos núcleos populacionais, resultando numa carestia e crise de alimentos e em certas épocas mesmo fome.

No alvará de 25 de fevereiro de 1888, aludia-se à necessidade dos proprietários plantarem pelo menos 500 covas de mandioca por escravo de serviço, o que nunca era observado. Tratava-se no entanto de uma medida necessária, porque a despesa c/alimentação representava cerca de 1/3 do valor do açúcar.<sup>72</sup> O comércio interno se limitava aos gêneros alimentícios básicos, pois a própria organização da colônia previa a sua total submissão à metrópole. Havia ainda outros fatores que concorriam para o agravamento dessa situação,

(71) TOLLENARE, L. F. Op. cit., p. 44.

(72) Cf. CANDLER, J. & BURGESS, W. apud LEITE, M. M. A condição feminina... São Paulo, HUCITEC; (Brasília). INL, 1984, 191 p.

como a dificuldade de transporte, realizado por bestas de carga; e a instabilidade climática, sendo crônica a escassez de alimentos, preocupação constante dos Presidentes de Província da Paraíba e Pernambuco.

Apesar da fartura da mesa do Senhor de Engenho, que oferecia uma grande variedade de pratos aos visitantes, ser bastante divulgada, no dia a dia, as refeições, mesmo das classes mais abastadas, eram bem mais simples. A maior parte das informações acerca da alimentação da classe trabalhadora refere-se aos escravos, sendo bastante polêmica a sua qualidade. Alguns viajantes consideram-na superior a do proletário ou do camponês europeu livre da época. Porém, há unanimidade ao afirmar ser o escravo melhor nutrido do que o pobre livre no escravismo. Isto se torna bastante evidente se considerarmos que a provisão dos alimentos dos cativos ficava a cargo do senhor, enquanto que a população pobre livre, não tendo, na maioria das vezes, uma ocupação ou renda fixa, não tinha também o seu alimento diário assegurado.

A comida do escravo era basicamente a mesma das classes mais humildes, sendo porém regular e segura e ocasionalmente melhorada. Gilberto Freyre afirma:

*"A alimentação do negro nos engenhos brasileiros podia não ser nenhum primor de culinária; mas faltar nunca faltava. E sua abundância de milho, toucinho e feijão recomenda-a como regime apropriado ao duro esforço exigido do escravo agricultor."*<sup>73</sup>

No litoral havia maior facilidade de aquisição de alimentos por extração natural do que na zona da mata, sendo aí, os escravos menos dependentes da ração fornecida por seus Senhores.

Havia porém, casos em que os escravos recebiam uma alimentação mínima e deficiente, vivendo em estado de penúria. Novamente de acordo com Gilberto Freyre, afirmamos a existência de alguns engenhos que exploravam ao máximo o cativo dando-lhe apenas feijão com angú, toucinho e jerimum. Como complemento dessa dieta insuficiente, recorria-se à garapa, produto do engenho, à qual era também distribuída periodicamente àqueles que executavam tarefas que exigiam maiores esforços.

---

(73) FREYRE, G. Casa-Grande... Rio de Janeiro, José Olympio, 13ª ed., 1966, t. 1, p. 60.

A diferenciação na qualidade da alimentação do escravo está incluída na diferenciação do tratamento geral a ele dispensado conforme as diversas circunstâncias. De uma maneira geral, o escravo das pequenas propriedades e das fazendas do clero eram melhor alimentados do que a escravaria dos grandes engenhos.

Esse tratamento modifica-se também de acordo com a época e os interesses econômicos. Em períodos de tráfico intenso havendo uma maior oferta de mão-de-obra, as péssimas condições de trabalho, com uma intensa jornada, eram acompanhadas por péssimas condições de vida. Interessados no lucro imediato, os senhores economizavam ao máximo na reprodução material do escravo, reduzindo muito seu tempo médio de vida, o que no entanto, não lhe preocupava, pois a reposição da força de trabalho era mais rentável.

Depois da abolição do tráfico, esse quadro transformou-se, pois tornando-se a mão-de-obra mais escassa e, por conseguinte, mais valiosa, os senhores passaram a dispensar um melhor tratamento à sua escravaria. A alimentação, inserida na reprodução material, foi otimizada. Nesse contexto, as crias tornaram-se valiosas, concedendo-se uma dieta mais nutritiva ou ração dupla às negras que estivessem prenhas ou amamentando, cuja responsabilidade ficava a cargo da senhora de engenho.

*"As escravas grávidas de cria nova entravam em regime preferencial de agrado e tolerância. Algumas fingiam antojos anunciadores sem sinais positivos da fecundação apregoada." 74*

Essa alimentação reforçada, muitas vezes à base de ovos e caldo de galinha, era conferida também aos negros feridos e em convalescença.

Também existia uma distinção da quantidade e qualidade de ração alimentar, conforme as diversas funções dos escravos. Assim, os escravos domésticos, que viviam na casa-grande tinham as comidas melhores. Os negrinhos, crias das escravas domésticas, distraíam a família do seu amo à mesa, recebendo migalhas de suas refeições.

---

(74) CASCUDO, L. da C. História da alimentação... São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967, 1ª vol., p. 234.



"A comida de escravo na casa-grande era especial, restos das refeições dos amos, além das furtadelas, biscates e gorjetas, imprevistas ou provocadas. A prole e parentela das amas de leite, cozinheiras, doceiras, copeiras, arrumadeiras, açafatas de sinhã-moça, os moleques recadeiros, leva-e-traz, office-boy daquela pequenina corte, privavam das fartas posições de familiares, gente que vivia no quente da casa-grande, como era costume dizer-se." 75

Já os escravos do eito e de moita tinham sua comida preparada coletivamente. Câmara Cascudo considera o regime alimentar do negro africano como instrumento de nacionalização e mesmo de adestramento.<sup>76</sup> Como cativo, a primeira adaptação que iria sofrer era a de alimentação, imposta qualitativamente e quantitativamente pelo Senhor.

O feitor e seus ajudantes eram encarregados de distribuir as rações diárias que constavam basicamente de farinha de mandioca, carne seca, feijão, milho, mel com farinha, bacalhau, banana e outras frutas.

É popular a trova na qual Manoel Nenem, natural do sertão, provoca o negro Miguel Turquia:

"Negro você foi criado/com chueira e com beiju  
na bagaceira do engenho/lambendo mel cabau  
roendo sabugo de milho/comendo resto de angü!"<sup>77</sup>

Os alimentos eram preparados por um grupo de negras e levados para que os trabalhadores comessem no próprio serviço, não perdendo tempo em deslocamentos. Nas propriedades maiores, as refeições dos escravos eram feitas separadas, mas naquelas em que são poucos elas eram feitas em conjunto. Comiam com a mão, como costume africano, e em gamela, daí os dizeres populares não sou da sua gamela, referindo-se à identificação de grupos. Ter um prato significava então, promoção. <sup>78</sup>

Tollenare localiza o espaço para preparo das rações junto à cozinha "Alpendre onde descasca-se, raspa-se e espreme-se a mandioca..." <sup>79</sup>

(75) Ibid., p. 236.

(76) Id., Sociologia... Op. cit., p. 181.

(77) Ibid., p. 175.

(78) Cf. Ibid., p. 182-3.

(79) TOLLENARE, L. F. Op. cit., p. 46.

Na época da moagem os escravos faziam da fomalha fogão comunitário, assando raízes, frutas e animais de pequeno porte. Essa sim, era a época da fartura, quando os escravos ficavam empaturados.

Nos casos de maior liberdade os escravos podiam caçar e pescar nas horas de folga, ficando porém limitados os riachos, já que o açude era do Senhor.

No período posterior, com a modificação do tratamento, os escravos passaram a ser agrupados em casais, sendo-lhes facultada a preparação da comida. Recebiam no entanto, os víveres já determinados.<sup>80</sup>

Independente da época e do tratamento dispensado, havia como que uma vaidade da aristocracia rural ostentar, ou mesmo fingir fartura.

*"Escravo pedir de comer noutra casa era um opróbio para o amo. Humilhava-o perante toda a aristocracia rural, implacável na defesa da fama e da fartura... Escravo faminto, vergonha do Senhor."*<sup>81</sup>

#### D.1.b. Terra para cultivo

Nos casos em que o escravo não tinha sua ração inteiramente assegurada pelo seu proprietário, utilizava-se o chamado Sistema do Brasil, que era a concessão de um ou dois dias de folga, a fim de que este cultivasse uma roça para complementar o seu sustento, muitas vezes sob a fiscalização do feitor. Para esses plantios era comumente reservada uma área mínima, onde cultivavam-se mandioca, milho e batata doce.

Esse sistema foi legalizado com a Carta Régia de 31 de janeiro de 1704, mas não se pode dizer que fosse sempre obedecido.<sup>82</sup> Tollenare afirmava que eram poucas as propriedades cujos donos consentiam que os escravos tivessem algum cultivo. Constatou a existência de roçados clandestinos escondidos nas matas.<sup>83</sup>

(80) Cf. CASCUDO, L. da C. Sociologia do açúcar..., p. 172-4.

(81) Id., História da alimentação..., p. 230.

(82) DIÉGUES JÚNIOR, M. População..., São Paulo, 1954, p. 69-71.

(83) TOLLENARE, L. F. Op. cit., p. 398-401.

A concessão de folgas variava segundo a religião do Senhor. Os escravos de judeus obtinham-nas aos sábados e domingos, os holandeses (calvinistas) só concediam o domingo e os portugueses (católicos) além dos domingos, os dias santos.<sup>84</sup> Daí o ditado: Folga de negro é festa de branco.<sup>85</sup> Os escravos das fazendas do clero tinham também o sábado livre.

Caso essa concessão fosse negada, os escravos se amofinavam ou rogavam praça ao senhor, ou ainda cercavam sua casa para pedir-lhe comida.

Rugendas via, além da complementação alimentar, a possibilidade do escravo obter um excedente comercializável, fruto do seu trabalho, que o ajudasse a comprar sua manumissão.<sup>86</sup>

#### D.1.c. Vestimenta

O vestuário, além de ser uma necessidade para a reprodução do indivíduo, era também indicador de seu status social. O trajajar se modificava de acordo com a sua função no processo produtivo.

Os homens livres sem recursos, tanto os negros livres, quanto os portugueses nascidos no Brasil, trajavam-se de maneira simples, apenas de jaquetas de linho ou brim e calças, usando também um chapéu de palha e roupas de lã, nos domingos e dias de festa.

Os negros boçais em exposição para venda nos mercados de escravos apresentavam apenas um pano nos quadris. Quando comprados, obtinham calça e camisa e saias, no caso das mulheres. A partir de então, tornava-se mais evidente sua função.

Os escravos que trabalhavam no eito ou na moita, ou seja, que exerciam tarefas não valorizadas, continuavam a vestir-se de maneira simples, com roupas de algodão e camisas de cambraia musse-line, podendo também apresentar adornos nos pescoço e orelhas.

Já os escravos domésticos eram caprichosamente trajados, com muitos adornos, sendo porém raramente calçados. A sua aparência física tinha influência na escolha para essa função, sendo o padrão de beleza a semelhança com a raça dominante.

(85) CASCUDO, L. da C. Sociologia..., p. 142.

(86) Cf. RUGENDAS, J. M. Op. cit., p. 181.

As mucamas apresentavam-se sempre vestidas com esmero, enfeitadas com jóias de suas iaiãs, para acompanhar-lhes às festas e à rua. Também os pajens e os carregadores de palanquins e cadeirinhas usavam roupas coloridas e vistosas.

O calçado tinha um grande significado social. Apenas as mucamas mais prestigiadas tinham o direito de usar sapatos, na sociedade em que as senhoras brancas, fazendo os percursos transportadas podiam usar sapatos, geralmente de seda e cetim, de cores claras (branco, róseo e azul).

As brancas pobres, mulheres de artífices ou mecânicos e as negras libertas esfoçavam-se por imitar esse hábito.

Num segundo período, com a ascensão do mestiço, houve um preconceito contra mulheres de cor vestindo-se como senhoras brancas e negros usando cartola, luvas e bengala.

As manufaturas de pano e vestuário eram de uma maneira geral, acessórias dos estabelecimentos agrícolas, surgidas da necessidade imediata e prática de suprir a família do proprietário, sua escravaria e agregados. Era assim, uma indústria doméstica, localizada em cômodos da casa-grande, a cargo de escravas hábeis e mulheres da casa, que fiavam, teciam e costuravam não só roupas como também sacos para o açúcar. Apenas os tecidos mais finos e para ocasiões especiais eram importados.

## D.2. Reprodução biológica

No início da colonização do Brasil havia escassez de mulheres e fazia-se necessária a povoação do território. Houve, assim, um estímulo por parte dos jesuítas à união entre brancos e índios, permitindo-se mesmo casamentos na Igreja e do Governo portugueses no envio de órfãos portuguesas.<sup>87</sup>

Já vimos, na parte referente à Lei Populacional, que enquanto durou o tráfico negreiro, não houve por parte dos senhores interesse na reprodução biológica do negro. Seriam eles que teriam o ônus da manutenção das escravas reprodutoras e de suas crias a idade adulta. A lógica então vigente era a da exploração máxima da força de trabalho escrava, com uma duração de vida útil mínima, uma

(87) Cf. VIANNA, H. Estudos de..., São Paulo, Cia Editora Nacional, 1948, p. 72.

vez que esta poderia ser repostada com uma certa facilidade.

Desestimulava-se então encontros amorosos entre os cativos, que poderiam vir a prejudicar a produção ao reduzir a capacidade de trabalho das escravas na época da gravidez e amamentação.

Neste sentido tomavam-se medidas disciplinadoras também nos alojamentos, além daquelas aplicadas no processo produtivo.

*"Os negros da fazenda, casados ou não (sic), habitam compartimentos alinhados em filas ou por grupos, os quais à noite, após a ceia, são fechados pelo feitor... Essa medida é quase geral e tem por fim prevenir as evasões, os encontros sediciosos, as entrevistas de amor, as interperanças e fadigas noturnas que abateriam as forças, perturbariam a disciplina e prejudicariam o trabalho...". 88*

Antonil afirma que os senhores desestimulavam de tal maneira as uniões entre escravos que chegavam a dissolvê-las por anos, durante os quais estes agiam como solteiros. <sup>89</sup>

O casamento oficial era, de uma maneira geral, uma situação excepcional na sociedade escravista, no que se refere a escravos e trabalhadores livres. Isto era determinado pelas dificuldades relacionadas com despesas de cerimônia e mesmo pela falta de celebrantes.

Este era ainda desestimulado por implicar em uma relação permanente, o que tornava impraticável as vendas em separado das peças. Não se importavam porém com os amancebamentos. A vida familiar não era dessa maneira favorecida, já que era freqüente o seu desmembramento.

Quando ocorriam, estes casamentos eram realizados, na maioria das vezes, entre escravos domésticos, que eram os mais apreciados, tornando-se suas crias afilhados dos senhores. <sup>90</sup>

Esta atitude porém, modificou-se por ocasião da abolição do tráfico negreiro. Tendo o fornecimento de mão-de-obra escrava interrompido, os proprietários passaram a recorrer à reprodução desta através da procriação.

(88) Cf. VIANNA, H. Estudos de..., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1948, p. 72.

(89) Cf. ANTONIL, A. J. Op. cit., p. 90.

(90) Ver gravura nº 16.

Por ocasião da compra, ao examinar a mercadoria, passou a haver, além da preocupação com o vigor físico, com a capacidade de reprodução como amplitude dos quadris, maturidade do ventre.<sup>91</sup>

As negras passaram a ser consideradas "animais multiplicadores e máquinas de crias úteis". Eram libertadas, às vezes, pelo número de escravos produzidos. A lógica passou a ser moçou, emprenhou. Os negrinhos eram batizados como borregos.

Era costume reservar-se uma negra para cada quatro escravos, de modo que os efeitos de mortalidade fossem equilibrados. Quando da chegada de visitantes, os senhores ofereciam escravas a estes, interessados em que alguma emprenhasse, aumentando o seu plantel.

Nessa época de interesses pela procriação, dispensava-se um tratamento especial às escravas grávidas, como ajuda no enxoval, uma alimentação melhor, provocadora de leite e medidas que pusessem sua força de trabalho.

"Não obstante, devo dizer que na maior parte das fazendas as mulheres grávidas não vão trabalhar nos campos e não se aplicam a outros mistérios senão os de interior. Depois do parto têm melhor alimentação e lugar reservado. Enquanto amamentam são dispensadas dos serviços pesados, e seus filhos, confiados, desde que começam a andar, aos cuidados das velhas negras, só se empregam, até aos 16 anos em guiar os rebanhos." 92

"Vê-se apenas errar sobre o alpendre uma ou duas negras que acabaram de dar a luz; são dispensadas do trabalho por alguns dias, amamentam os filhos com cebidos na escravidão, que serão escravos, e que o Senhor poderá vender amanhã..." 93

Além desses cuidados, as amas de leite desfrutavam de maiores privilégios. Eram preparadas para serem introduzidas nas casas ricas, através da renovação completa do seu vestuário. Esta era um símbolo de status para o Senhor, tendo uma posição superior as mucambas, chegando mesmo os senhores a fazerem suas vontades.<sup>94</sup>

(91) FREYRE, G. O escravo..., p. 20.

(92) RIBEYROLLES, C. v.2, p. 32-4, 37, apud LEITE, M. M. Op.cit. p. 54-6.

(93) TOLLENARE, L. F. Op. cit., p. 44.

(94) EXPILLY, C. Le bresil... p. 202-20, apud LEITE, M. M. Op. cit., p. 91-2.

Charles Pradez faz referência a uma maternidade encarregada de fazer o parto e separar as crias das mães negras, tarefa bastante desagradável e que o Senhor não gostava de executar. En carregava-se também, de alugá-las depois como amas de leite, função muito melhor remunerada que engomadeira, cozinheira ou mesmo mucamba.<sup>95</sup>

Concorria para esta valorização do leite das mulheres pretas e pardas a escassez de animais fornecedores deste produto. Recorria-se assim, à cabra-mulher.<sup>96</sup>

Em 1856, Dr. Joaquim de Aquino Fonseca, encarregado da Comissão de Higiene Pública recomenda no seu relatório um melhor tratamento às escravas pretas através de medidas como seu afastamento do trabalho nos últimos meses de gravidez, e que as crias só começassem a trabalhar depois dos 10 anos.<sup>97</sup>

Os jesuítas condenavam o casamento de escravos com mulheres livres enquanto incentivavam o de homens livres com escravas, interessados em que as crias continuassem cativas. Muitas ordens mantinham criações de negros, como a dos Beneditinos, que incentivavam uniões entre escravos através da concessão de terras para cultivo, para os casados.

Expilly faz referência à existência de fazendas destinadas à criação de escravos em várias partes do Brasil.<sup>98</sup>

Também o Senhor participava desse aumento do capital humano, sendo assim, todos os Senhores de engenho tinham, dentre sua escravaria, várias mulheres. Essa paternidade, no entanto, não era reconhecida, continuando as crias cativas.

Expilly cita uma conversa com um fazendeiro na qual este explicou porque castigava um negro filho seu:

*"Se cada Senhor reconhecesse os filhos que lhes dão as negras, prejudicaria, de outro lado, a parte da herança que compete aos seus filhos legítimos, o que seria odioso. São um mau cristão ou um mau pai (grifo nosso) cavaría desse modo a ruína de seus próprios filhos".*<sup>99</sup>

(95) PRADEZ, C. apud ibid, p. 94-5.

(96) Cf. FREYRE, G. Sobrados..., p. 490.

(97) Cf. DIÊGUES JÚNIOR. Op. cit., p. 65-6.

(98) Para maiores detalhes, ver EXPILLY, C. Mulheres..., São Paulo, Cia Editora Nacional, 1935, p. 440-4.

(99) Ibid., p. 415.

Isto porém não impedia que essas crianças crescessem ao lado dos filhos brancos, uma vez que estes também eram amamentados por negras, amas de leite. <sup>100</sup>

A desigualdade social aparecia então no final da infância, quando os cativos eram enviados ao trabalho.

*"A medida que crescem, a linha de separação se estabelece, brutal e flexível, entre esses filhos de um mesmo pai. Por fim, os irmãos são escravos dos irmãos e apanham deles. Mais tarde, na idade das paixões, os jovens senhores esquecem facilmente que estas belas mulatas, de andar indolente e olhar inflamado, são suas próprias irmãs."* <sup>101</sup>

Após a Lei do Ventre-Livre, em 1871, que declarava livre os filhos de escravas, nascidos a partir daquela data, e libertava os escravos pertencentes à coroa, este quadro modifica-se. Tornava-se comum o aborto na senzala, já que as crias não seriam mais lucro para o Senhor. O tratamento dispensado às escravas gestantes piora, dessa forma, sendo freqüentes espancamentos e maus tratos.

### D.3. Reprodução Social

Para entendermos a reprodução social no escravismo, precisamos entender a estruturação da sociedade. Esta deriva do regime econômico onde o Senhor concentra toda a autoridade sendo a administração e a Igreja dependentes. O engenho não representa unicamente uma unidade produtiva, mais é a célula orgânica da sociedade colonial. Numa organização sócio-econômica que inclui Senhores e escravos ou agregados, os conceitos de liberdade e ascensão social são dificilmente percebidos.

*"Os mais fortes laços que lhes mantêm a integridade social (dos diversos grupos) não serão senão os primários e mais rudimentares vínculos humanos, os resultantes direta e imediatamente das relações de trabalho e produção: em particular, a subordinação do escravo ou do semi-escravo ao seu Senhor."* <sup>102</sup>

(100) Ver gravura nº 17.

(101) EXPILLY, C. Op. cit., p. 413.

(102) PRADO JÚNIOR, C. História..., São Paulo, Brasiliense, 27ª ed., 1982, p. 340.



Nesta situação a única classe que poderia fazer frente aos proprietários seria a dos comerciantes, que no entanto, não representavam os trabalhadores.

*"É o que efetivamente se deu, e as hostilidades que daí resultam são de grande repercussão política. Teremos aqui no Brasil uma réplica da tradicional rivalidade de nobres e burgueses que enchem a história da Europa."* 103

A população livre sem recursos não poderia então, modificar as circunstâncias em direção à ascensão social.

*"Postos à margem do arranjo estrutural e dos processos essenciais a vida social e econômica, agredidos e camaradas foram os mais desvalidos dos homens livres e os mais qualificados para enfrentar a ordem estabelecida... Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de ele sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito."* 104

Por outro lado, é conhecida a miscibilidade do povo português como instrumento de povoação. Sérgio Buarque de Holanda chama de "plasticidade social" essa falta de orgulho do português. Antes mesmo do Descobrimento do Brasil a grande mistura de raças da metrópole já preocupava a sua qualidade.

Outra característica do povo português que contribuiu para quebrar a rigidez da estrutura social foi a concessão de nomes de famílias a afilhados, crias, filhos naturais, escravos, confundindo plebeus com fidalgos. Segundo Gilberto Freyre isto se constituía uma contradição do patriarcalismo.

A alforria pode ser considerada um dos meios principais de ascensão social na época do escravismo. Os mulatos tinham aceso mais fácil à liberdade que os negros. Desse modo integraram logo a classe livre trabalhadora, executando as mais variadas tarefas humildes. 105

Os escravos urbanos, de ganho ou domésticos, pelas suas atividades e pelo maior contato com os brancos tinham mais possibi

(103) Ibid., p. 294.

(104) FRANCO, Ma. S. de. Op. cit., p. 109.

(105) PIERSON, D. Brancos e pretos..., São Paulo, Nacional, 1945, p. 224.

lidade de adquirir sua manumissão. Dentre estes a maior porcentagem era constituída de mulheres, o que pode ser explicado pela sua menor produtividade e pela afetividade que despertava no Senhor. Ex pily narra um desses casos quando o francês Fruchot organizou uma festa a fim de arrecadar dinheiro para comprar a liberdade da negra Manuela a qual compareceu, sem disto saber, o próprio dono.<sup>106</sup>

Era também comum conceder liberdade aos escravos velhos e/ou doentes demais para trabalhar, que se sustentavam com esmolas. Quando isto não acontecia, estes escravos inutilizados eram mortos como por acidente.

Outro meio de ascender socialmente era através da aquisição de qualificação. Isto tornou-se mais fácil devido ao desprezo que os brancos tinham pelos trabalhos manuais.

A introdução de máquinas veio favorecer a transformação de mestiços e negros livres em técnicos-mecânicos. "A máquina vinha concorrendo para fazer de uma meia-raça uma classe média." <sup>107</sup>

Já sabemos que o trabalho dos oficiais do açúcar, assalariados, importados, foi substituído aos poucos por escravos e mulatos ou negros livres, na medida em que estes aprendiam a técnica.

O Senhor costumava patrocinar a qualificação destes na fase da adolescência, formando além de técnicos para o processo produtivo do engenho, pedreiros, sapateiros, carpinteiros, pintores, alfaiates, que eram depois alugados fornecendo uma renda a seu amo. Estes escolhidos eram quase sempre filhos naturais do Senhor. Os mulatos eram tidos como mais desenvoltos e inteligentes e também mais agressivos, ascendendo na escala social mais rapidamente.

"Quem quizer comprar hum escravo próprio para Boleeiro, que saiba tocar piano e marimba e alguma cousa de Musica e com princípios de alfaiate, etc." <sup>108</sup>

Podemos, grosso modo, fazer uma analogia entre esse adestramento de escravos, ou seja, desse investimento na qualificação destes, com o que acontece no sistema capitalista industrial. Atual

(106) Cf. EXPILLY, C. Op. cit., p. 124-30.

(107) FREYRE, G. Sobrados..., p. 53 3-4.

(108) Gazeta do Rio de Janeiro, apud. FREYRE, G. O Escravo..., p.44.

mente, empresários patrocina a formação profissional da força de trabalho através da manutenção de escolas como SENAI, SENAC e outros. Porém, no sistema escravista o próprio Senhor lança diretamente a força de trabalho no mercado, misturando-o à massa de ladinos ou veteranos, enquanto que no capitalismo industrial o investimento é feito no exército industrial de reserva.

Embora raros, havia casos de escravos portadores de habilidades artísticas que conseguiam uma promoção social por seu trabalho. Ewbank constatou a existência de escravos escultores, pintores de cartazes e ornamentos, fabricantes de carruagens e escrivanihas e litógrafos.<sup>109</sup>

Dessa forma, alguns negros quando alforriados, mesmo que não conseguissem elevar-se socialmente sobreviviam graças a sua habilidade em algum ofício.<sup>110</sup>

Os mulatos pretendiam uma situação financeira melhor, enquanto que os negros contentavam-se em conseguir o bastante para o seu sustento e de sua família.<sup>111</sup>

Havia ainda a ascensão social por meio de laços sanguíneos, resultantes de uniões irregulares da classe dominante - negociantes, eclesiásticos e proprietários rurais, com negras e mulatas. Segundo Vilhena, esse era um dos motivos pelos quais vinham dar nas mãos de mulatos, presunçosos e soberbos, muitas das melhores propriedades do Brasil, destruindo-se com o tempo para prejuízo do Estado. Para Gilberto Freyre, isto era uma perda para a sociedade patriarcal, no entanto, contribuía para a democratização da sociedade brasileira.<sup>112</sup>

Segundo Kidder & Fletcher "*a constituição brasileira não reconhece nem direta nem indiretamente a cor como base dos direitos civis*", podendo os indivíduos livres ascenderem socialmente. Se na prática isso ocorresse, não haveria um exclusivismo racista. Havia, porém, o estigma da escravidão e a marginalização daqueles que

(109) Cf. EWBank, T. Op. cit., p. 152-3.

(110) Cf. RUGENDAS, J. M. Op. cit., p. 192.

(111) Cf. GRAHAM, M. Diário..., São Paulo, Nacional, 1956, p. 137.

(112) Cf. FREYRE, G. Casa-grande..., t.2, p. 624-5.

executavam tarefas humildes, assim como seus descendentes.<sup>113</sup> Para se livrar de tal estigma, tornava-se necessário muitas vezes que estes se fixassem em locais distantes de sua origem. Muitos iam para o interior, com as bandeiras e manções, transformando-se em criadores e pequenos fazendeiros; outros para as cidades, chegando mesmo à pequena burguesia.<sup>114</sup>

É interessante notar que os índios e mamelucos, apesar de tutelados não sofriam o estigma social da escravidão. Segundo Holanda, a aversão deste ao esforço disciplinado e sua preferência por atividades predatórias à produtivas assemelhavam-no aos colonizadores. Dessa forma, este era sempre cavaleiro e fidalgo na literatura do romantismo, ao passo que o negro quando muito valorizado era uma vítima submissa ou rebelde.<sup>115</sup>

Enquanto o casamento entre brancos e índios era estimulado, condenava-se a relação entre brancos e negros. Este preconceito levava juizes e padres a trocarem casais na hora do casamento para evitar a mistura de raças, ao que Câmara Cascudo chamou de rea comodação pré-conjugal!<sup>116</sup>

Prado Júnior afirma que apesar desse preconceito contra o negro a elevação social desses indivíduos não era impossível, havendo um branqueamento. Eram encontrados, se bem que raramente, mestiços ocupando cargos públicos, profissionais liberais e mesmo estudando na Europa. Essa ascensão social era contudo, individual, já que não houve um movimento com esse objetivo, "...tendeu a erguer os mestiços como indivíduos, não como grupo."<sup>117</sup>

Podemos ilustrar essa concepção de ascensão com o episódio em que Koster se surpreende ao encontrar um capitão-mor mulato. Responderam-lhe: "*Era, mas já não o é. Pois é lá possível um capitão-mor ser mulato?*"<sup>118</sup>

(113) Cf. KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. O Brasil..., São Paulo, Nacional, 1941, p. 145.

(114) Cf. PIERSON, D. Op. cit., p. 224-5.

(115) Cf. HOLLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 2ª ed., 1948, p. 58.

(116) Cf. CASCUDO, L. da C. Sociologia..., p. 196.

(117) PIERSON, D. Op. cit., p. 234.

(118) Apud VIANNA, F. J. de O. Evolução..., São Paulo, Cia Editora Nacional, 2ª ed., 1933, p. 154.

A mulher, através do trabalho doméstico e de sua fertilidade, provia os meios de reprodução de força de trabalho e das relações sociais, tendo, assim, um papel importante na sociedade escravista.

Vimos, no Capítulo referente à Reprodução Biológica, que a sua capacidade reprodutora foi muito valorizada durante o período pós tráfico negreiro e anterior à Lei do Ventre-Livre. Era-lhe então dispensado um tratamento especial, no que se refere a vestuário, alimentação, jornada de trabalho, etc. Sendo assim, a mulher escrava dependia de sua fertilidade para receber um tratamento mais humano. Este era-lhe negado se a procriação não representasse mais vantagem para o Senhor, como durante o tráfico negreiro ou depois da libertação dos seus filhos. Ficavam então, sujeitas a maus tratos, o que levava-lhes muitas vezes ao aborto.

O papel de procriadora da mulher é distinto do da cativa. No primeiro caso, a reposição da força de trabalho através das gerações se dava de forma natural. No caso da escrava, havia uma indução, pois sua capacidade de procriação era uma fonte de riqueza para o seu proprietário, já que produzia força de trabalho a ser utilizada ou comercializada.

O proprietário não estimulava casamentos, mas incentivava relações sexuais das escravas com qualquer indivíduo, pois segundo Pena, como uma vaca, o bezerro teria só mãe e, conseqüentemente, seria sua propriedade. Percebemos aí, a fundamental importância da fertilidade da mulher cativa. 119

No âmbito do engenho, a organização do trabalho doméstico ficava a cargo da senhora - a iáíá - sendo executado pelas escravas domésticas. Devemos lembrar que a beleza física era requisito essencial para a designação para essas tarefas. Sendo as condições para a reprodução material fornecidas coletivamente, já que dificilmente a família celular ou nuclear escrava era constituída, o trabalho doméstico se realizava de uma forma também coletiva.

---

(119) Cf. PENA, M. V. Mulheres..., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 102.

A instituição da família também não era generalizada na classe pobre livre. O modelo de família patriarcal atraído agrega dos dificultava bastante as relações mais duradouras da população pobre. Neste grupo, a mulher ficava quase que com o total encargo dos filhos, geralmente sem a presença dos pais. Além do trabalho doméstico, realizava também outras atividades que lhe propiciasse uma renda para a subsistência. Estes bens ou serviços a serem ~~co~~comercializados eram sempre tarefas domésticas, já que dificilmente possuíam outras habilidades. Uma estatística de 1872 revela que apenas 13,4% das mulheres livres e 429 das 689.992 escravas eram alfabetizadas. 120

A concepção dominante era a de que a instrução não era requisito necessário para a mulher.

*"Uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita de goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar."* 121

Como não existia um mercado de massa, a maior parte dos bens consumidos eram produzidos na esfera doméstica. Além da preparação dos alimentos, limpeza, conserto de roupas, as escravas exerciam outras atividades destinadas à reprodução material dos indivíduos, como a manufatura de tecidos e roupas, sabão, vela, vinho, licor, doces. A execução dessas tarefas era controlada pela iáíá que as vigiava, muitas vezes com um chicote, a qual dominava também todo o conhecimento do processo.

Com relação ao processo produtivo do engenho, não havia uma divisão sexual do trabalho rígida. Encontravam-se mulheres trabalhando tanto no eito como no processo de fabricação do açúcar. Tinham as mesmas condições e jornada de trabalho dos homens, executando atividades em setores considerados de alto risco de acidente, como a moenda.

---

(120) Recenseamento da População do Império do Brasil que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872. Relatório e Trabalho Estatístico apresentado ao Ministério e Secretaria do Estado dos Negócios do Império, Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, 1875, apud, ibid, p. 85.

(121) EXPILLY, C. Op. cit., p. 401.

Como escravas de ganho, não ofereciam sua força muscular, mas o que rendia ao seu proprietário eram suas aptidões domésticas. As especializações mais freqüentes eram de engomadeira, lavadeira, costureira, doceira, mucama, além de ama-de-leite.

Quanto a possibilidade de ascensão social da mulher trabalhadora, concluímos que esta só se dava através de relações afetivas com indivíduos de categoria social mais elevada, ou mesmo pobres, mestiços livres, ou as que gozavam de muita intimidade e prestígio com a família de classe dominante.

### PARTE III - CONDIÇÕES DE MORADIA

Sendo a moradia nosso objeto de estudo, procuramos dirigir a pesquisa segundo a hipótese de que a inserção do trabalhador no processo produtivo e sua conseqüente posição social, determinam suas condições de moradia. O método de investigação teve início a partir da busca da diferenciação interna da classe trabalhadora, explicitando as várias categorias, suas condições de trabalho e analisando-se a seguir, a lógica de sua reprodução. Essa análise serviu de base para recuperar particularidades da moradia desta classe.

No modo de produção escravista, além da propriedade territorial e dos meios de produção, o senhor detém também não só a força de trabalho dos indivíduos, como estes em sua integridade. O proprietário, ao fornecer, diretamente, todos os meios de reprodução dessa força de trabalho, exerce sobre ela controle absoluto.

Apresentamos os diversos tipos de moradia em correspondência às várias categorias de trabalhadoras, focalizando simultaneamente dois aspectos:

- Técnico-construtivo, procurando abordar a tipologia, a organização espacial, o material construtivo e o índice de salubridade.
- Relações de dominação e vínculo com as condições de trabalho, com base nas informações acerca da reprodução da força de trabalho.

## A. CONDIÇÕES DE MORADIA DOS ESCRAVOS

### A.1. Assenzalados

No que se refere a escravaria, a solução predominantemente era a senzala. Esta construção estava incluída no conjunto do engenho. Este abrangia também a casa-grande (moradia do Senhor e centro de fiscalização), capela, moita ou casa de engenho (local de trabalho), além de outros elementos, dispostos de modo a formar um grande pátio.

Tratava-se de um bloco retangular, contínuo, ao rés-do-chão. Possuía geralmente uma fachada de linhas simples. Encontramos, porém, indícios de que, algumas vezes, essas construções seguiam o estilo da casa-grande.

A senzala do Engenho Bombarda, por exemplo, tinha originalmente coberta de taçanica (telhado em quatro águas), sendo substituída, por ocasião de uma reforma em 1971, por um telhado de duas águas.<sup>122</sup> Esse tipo de cobertura ainda é mantido na senzala do Engenho Santa Cruz, em Rio Formoso.<sup>123</sup> Era comum também, aberturas com vergas curvas. Podemos citar como exemplo novamente esses dois engenhos.

Outro elemento encontrado nas senzalas era o alpendre. Tratava-se de uma varanda estreita localizada na fachada frontal, com o telheiro apoiado em colunas de seção quadrada ou circular. Apesar de Tollenare ter afirmado que o Engenho Salgado seria o único em toda a Capitania de Pernambuco a possuir alpendre,<sup>124</sup> foram encontradas em outros escritos da época, como em Vauthier,<sup>125</sup> referências à sua suposta existência em outros engenhos. Podemos encontrá-lo ainda hoje em construções ditas senzalas, como nos Engenhos Monjope, Bombarda<sup>126</sup> e Santa Cruz.

(122) Cf. depoimento do atual proprietário Sr. Antônio Nelson Mota, o Engenho Bombarda localiza-se em Barreiros-PE e tem sua senzala cadastrada pelo Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior, constando na 1ª parte de publicação deste plano. (PPSHI-1ª parte, Secretaria do Planejamento/PE-FIAM, 1982, p. 100).

(123) A senzala deste engenho também está cadastrada no plano mencionado.

(124) Cf. TOLLENARE, L. F. Op. cit., p. 44.

(125) Cf. VAUTHIER, L. L. Op. cit., p. 79.

(126) Ver fotos nºs 1 e 2.



A organização espacial com cômodos dispostos em um alinhamento, sem outra comunicação senão através de uma porta voltada para o alpendre denotava um aspecto de cárcere à senzala. Isto era ainda mais evidente pelas dimensões dos cômodos, verdadeiras celas.

Segundo Vauthier, estes mediam cerca de três ou três e meio metros quadrados.<sup>127</sup> Também Tollenare, ao descrever a senzala do Engenho Salgado afirmou terem estes cubículos dez pés de largura por quinze de fundos, divididos ao meio.<sup>128</sup>

Constatamos medidas compatíveis com estas durante a visita ao Engenho Bombarda. Encontramos referências à ocupação desses cômodos por famílias, ou por grupos separados por sexo,<sup>129</sup> não raros amontoados devido ao grande número de pessoas facilitando doenças endêmicas. Serviam de mobiliário esteiras, cobertores, cuias e potes de barro.<sup>130</sup>

Existiam dois tipos básicos de materiais para construção da senzala. Nos engenhos mais ricos e quando se pretendia manter com mais segurança a valiosa mão-de-obra escrava, empregavam-se a pedra e a cal. No entanto, esta era quase sempre construída de forma muito precária, razão pela qual são encontrados, hoje, poucos exemplos desse tipo de moradia. Apresentava geralmente, parede de taipa, com coberturas de folhas de cana ou coqueiro. O piso era, na maioria das vezes, de terra batida, o que não possibilitava condições favoráveis a salubridade.

Contribuía também para isso a proximidade de chiqueiros de animais e as deficientes condições de iluminação e ventilação. Era grande a umidade que penetrava nas senzalas durante a noite. Durante o dia, não poderia haver uma aeração satisfatória, uma vez que a única abertura além da porta, era um óculo.<sup>131</sup> ou seja, uma pequena abertura circular na parede.

(127) Cf. VAUTHIER, L. L. Op. cit., p. 92.

(128) Cf. TOLLENARE, L. F. Op. cit., p. 63.

(129) Cf. VAUTHIER, L. L. Op. cit., p. 92.

(130) Cf. TOLLENARE, L. F. Op. cit., p. 63. e VAUTHIER, L. L. Op. cit., p. 92.

(131) Cf. TOLLENARE, L. F. Ibid. Um dos cômodos da senzala do Engenho Bombarda ainda conserva esse elemento de ventilação.

Da forma de alojamento dessa força de trabalho e do material empregado, além da localização junto ao proprietário podemos concluir que se pretendia um controle máximo sobre esses indivíduos. Câmara Cascudo se refere a reunião, no trabalho do campo, de escravos de tribos diferentes, a fim de facilitar a submissão, uma vez que a comunicação entre eles tornava-se difícil.<sup>132</sup>

Supomos que esse critério também tenha sido usado na distribuição dos indivíduos nos alojamentos, já que, sendo este um local de maior privacidade, poderiam organizar-se, o que resultaria em motins ou movimentos de resistência. Vemos, assim, a moradia como instrumento de disciplinamento, com o qual, o senhor determina diretamente como sua mão-de-obra utilizar o tempo livre.

No capitalismo industrial, isto se dá de forma indireta, através das tarefas de manutenção da casa, cuidado com a família, clubes de futebol e bandas de música organizadas pelo patrão.<sup>133</sup> No escravismo, o único local adequado para os encontros desses trabalhadores nas horas de lazer era a bagaceira, por ser um campo aberto, não inspirando suspeitas.

*"É o simpósio dos trabalhadores, agregados, rendeiros, moradores vizinhos. Pela facilidade de policiamento e repressão, os Amos não proibiam a reunião vespertina dos escravos, forros, gente de copa e cozinha da Casa Grande, carreiros e tangerinos. Não a frequentavam os brancos, pajens, moléagem de estimacão, as crias, o mestre-de-açúcar e o feitor, anjos de outro Céu."* 134

Se bem que poucas, encontramos algumas referências de escravos, quando casados, habitando palhoças ou cabanas de taipa, em condições precárias e de dimensões mínimas.<sup>135</sup> Temos a impressão que isso se deu já no fim do escravismo, quando esse tipo de mão-de-obra era escasso.

## A.2. Escravos domésticos

Como vimos, os escravos domésticos eram privilegiados com

(132) Cf. CASCUDO, L. da C. Sociologia..., p. 350 1.

(133) LOPES, J. L. S. Op. cit., p. 179-80.

(134) CASCUDO, L. da C. Sociologia..., p. 107.

(135) Cf. GRAHAM, M. Op. cit., p. 223-4 & RUGENDAS, J. M. Op. cit., p. 181.

relação à alimentação e à vestimenta. Esse privilégio estendia-se também à moradia. A casa-grande, além de ser o seu local de trabalho era também o local de repouso. Habitavam geralmente o térreo dessas edificações. Há referências porém, da possível utilização do sótão para esse fim.<sup>136</sup> Supomos que lhes eram oferecidas acomodações semelhantes às dos agregados e visitantes humildes.

Na zona urbana, os escravos domésticos também moravam sob o mesmo teto que o senhor, ou em senzala contíguas, no caso de sobrados semi-urbanos.<sup>137</sup> Ocupavam usualmente o térreo dos sobrados ao lado do armazém.<sup>138</sup>

*"O aposento estreito da frente é reservado aos escravos homens, que sem ele, dormiriam nos corredores e nos patamares, e o quarto que dá para o pátio serve para acolher os hóspedes e os parentes que chegam do interior...ou é destinado a rapazes ou aos filhos que passaram de quatorze ou quinze anos."* 139

As escravas, por sua vez, habitavam geralmente o sótão dessas edificações.<sup>140</sup> Essa separação dos alojamentos dos escravos por sexo pode ser constatada, ainda hoje, em um sobrado em Areia -Pb.<sup>141</sup>

Os escravos que trabalhavam na bolandeira, ou seja, máquina de descaroçar algodão, eram instalados em cubículos no térreo localizados nos fundos do sobrado, diretamente ligados ao seu trabalho e sem comunicação com a parte residencial que ocupava o pavimento superior. Já as escravas domésticas ocupavam cubículos sobrepostos aos dos escravos, estando em conexão direta com a intimidade do edifício. Estes cômodos destinavam-se também, ao abrigo de escravas parideiras e amas-de-leite, fontes de renda do proprietário, onde lhes era dispensado tratamento especial. Apesar de apresentarem condições de moradia melhores, a iluminação e ventilação não são as desejáveis, possuindo uma área com pouco mais de se

(136) Cf. Histórico do Engenho Monjope-Igarassú-PE (FUNDARPE).

(137) Ver gravura nº 19.

(138) Ver gravura nº 20.

(139) VAUTHIER, L. L. Op. cit., p. 38, 42-3. Ver croquis nºs 1 e 2 que mostram a localização desses cômodos.

(140) Ver croquis nº 3. VAUTHIER, L. L. Op. cit., p. 40.

(141) Sobrado do português Jorge Torres, que se estabeleceu em Areia, no ano de 1815, explorando criações de gado e gente e descaroçamento do algodão. Ainda em bom estado de conservação devido a reforma realizada na década de 70, deste século, pelo seu então proprietário Sr. José Rufino de Almeida. Ver fotos nºs 3 e 4.

te e meio metros quadrados.<sup>142</sup>

### A.3. Negros de ganho.

O negro de ganho, em sua maioria, morava sob o mesmo teto do Senhor, já que tinha sua reprodução relativamente garantida por ele. Ocorria porém, mesmo que raramente, de poderem morar separadamente,<sup>143</sup> devendo apenas comparecer periodicamente à presença de seu Senhor para prestar contas de seus ganhos. Nesses casos, sua necessidade de moradia era resolvida com a construção de um mocambo de taipa e cobertura de palha.

### B. DOS ÍNDIOS

Os índios quando não eram inseridos diretamente no processo produtivo, como no caso das propriedades das ordens religiosas, resolviam sua moradia por conta própria, e sem muitos recursos. Construíam também mocambos de palha, chamados tejupares.<sup>144</sup>

### C. DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS LIVRES

Apesar de não podermos constatar se havia uma redução salarial devido à concessão da moradia, podemos supor que os trabalhadores qualificados participantes diretos da fabricação do açúcar, fossem livres ou forros, tivessem alguns privilégios com relação a esta.

No Engenho Tinôco/Ipojuca-PE, encontramos uma edificação que poderia ter sido destinada a esse tipo de trabalhador.<sup>145</sup> Fazemos essa afirmação baseadas em depoimentos dos moradores que na êpoca do escravismo havia um outro tipo de alojamento bem mais precário, adjacente a este, que seria então a senzala dos escravos.

---

(142) Ver foto nº 5.

(143) Cf. GORENDER, J. Op. cit., p. 456.

(144) Cf. FREYRE, G. Sobrados..., p. 230.

(145) Ver foto nº 6.

## D. DOS CULTIVADORES E AGREGADOS

Como vimos, as condições gerais de vida dos trabalhadores rurais livres eram comparáveis as dos escravos. Nesse contexto, também as condições de moradia eram miseráveis. Vivendo, na maioria das vezes, em terra cedida pelo senhor de engenho, estes indivíduos habitavam em mocambos precários, com pouquíssima mobília. Muitos desses casebres eram instalados à margem das estradas, formando verdadeiros arruados.

"Essa gente, vez por vez, erguia casebres de barro, quixôs, cobertura de palha de coqueiro. O casarão não ficava bem perto da Casa-grande para ser visto nem longe para que fosse ignorado... O senhor de Engenho ia dando, dando de boca, terra para morar... Os grandes engenhos tinham centenas-e-centenas desses ranchos comendo o chão, subindo e descendo as colinas ao longo da estrada principal, caminho-da-Rua... O casarão às vezes ligava um Engenho a outro e, rumo do leste, ia-se aproximando dos derradeiros sítios urbanos." 146

## E. DA POPULAÇÃO LIVRE POBRE URBANA

Os pobres da cidade habitavam as chamadas casas de porta e janela, térreas em contraste com os sobrados dos Senhores. Construídas em alvenaria de taipa, apresentavam alto índice de insalubridade. Debret descreve bem uma dessas habitações:

"...Como todas as antigas construções apresenta o inconveniente de se achar abaixo de... nível da rua... se compõe de duas peças de tamanho diferente; a menor no fundo, deve ter servido de cozinha a julgar pelo fogão, hoje inútil; a maior, a única habitada, tem apenas, sobre o chão úmido, um estradão do velho e quase podre." 147

Gilberto Freyre faz referência à falta de cômodos no século XVII, quando a população pobre urbana amontoava-se em sobrados dos formando bordéis e cortiços, sem os requisitos mínimos de higiene. 148

(146) CASCUDO, L. da C. Sociologia..., p. 282-3. Ver foto nº 18. Apesar da gravura ser de habitação de escravos, a tipologia e o material eram os mesmos na casa do trabalhador pobre livre urbano.

(147) DEBRET, J. B. Op. cit., Liv. I, p. 34. Ver croqui nº 1.

(148) Cf. FREYRE, G. Sobrados..., p. 156.

Passemos a seguir, à Conclusão onde procuramos arrematar os pontos que se mostraram relevantes no decorrer do trabalho, como também dar elementos para reflexão acerca da moradia.

## ELEMENTOS PARA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA DO TRABALHADOR NO ESCRAVISMO.

Percebemos que para discutir as condições de moradia da classe trabalhadora no escravismo, faz-se necessária uma reflexão sobre o próprio conceito de morar. Não podíamos entendê-la na concepção atual que imprime à moradia, de uma forma aparentemente natural, a função residencial e o valor de troca no mercado, além do seu valor de uso.

A idéia que fazemos hoje de moradia é a do ambiente no qual se realiza o trabalho doméstico, compreendido como preparação de alimentos, confecção e manutenção do vestuário, repouso, lazer e aquisição de qualificação gerais do trabalhador. Este último aspecto pode ser entendido como a moralização do trabalhador, que no seio da família é formado quanto a noções de higiene e normas de comportamento adequadas à disciplina operária.

Porém, este conceito de moradia com uso exclusivamente residencial é recente. Data da Revolução Industrial, quando os indivíduos foram expropriados dos meios de produção, sendo o trabalho concentrado em unidades produtivas. Num período anterior, não havia diferenciação entre o local de trabalho e de moradia, uma vez que a atividade manufatureira era realizada no âmbito doméstico.

Concluimos desta análise que o conceito de morar é social e historicamente determinado. Sendo assim, a sua significação no escravismo teria suas próprias particularidades, expressando as relações de dominação então existentes.

Ao analisarmos a senzala, observamos que ela apresenta uma única função, que é a de repouso dos indivíduos, sendo o espaço previsto somente com este fim. Os outros aspectos de reprodução material efetuavam-se externamente a este ambiente e de maneira coletiva. Essa autorização especial das formas de reprodução, como repouso/senzala, alimentação/local de trabalho e vestuário/pequena indústria de apoio, objetivava a diminuição dos tempos mortos a jorna

da de trabalho.

No entanto, podemos encontrar uma superposição de funções na moradia no caso dos trabalhadores forros ou livres que tiravam seu sustento de atividades executadas no interior de suas habitações. Eram os sapateiros, ferreiros, quituteiras, alfaiates e outros.

O caso dos escravos domésticos, podemos nos aventurar a dizer que havia também uma superposição trabalho/moradia. Esta porém, era inteiramente diversa do caso da manufatura, no qual a artesão tinha domínio sobre o seu trabalho, produzindo uma mercadoria cuja execução se realizava no espaço da sua moradia. Já o escravo doméstico era completamente alienado do seu trabalho, não tinha a propriedade da sua força de trabalho, nem do local de abrigo. Deduzimos daí, que o escravo doméstico morava no local de trabalho e não que trabalhava no interior de sua moradia.

Além das relações de trabalho, a moradia evidenciava também relações de dominação. No que se refere à senzala, era um instrumento concentrador de mão-de-obra a fim de facilitar o controle e o disciplinamento.

As condições de reprodução da força de trabalho escrava eram-lhe, de uma maneira geral, impostas. Dessa forma, as atividades a ela relacionadas, como o cultivo de subsistência, eram realizadas compulsoriamente.

Dentro da classe trabalhadora distinguimos três formas de moradia: senzala, sob o mesmo teto do senhor e mocambos, sendo que este último servia a diversas categorias de trabalhadores.

Deduzimos também que, no que diz respeito à moradia, a grande diferenciação se dava entre a classe dominante e a classe trabalhadora. Numa sociedade em que a mão-de-obra era predominantemente escrava e que não havia uma classe intermediária significativa, a situação social dos moradores era facilmente identificada pelas suas condições de moradia.

Esta distinção resultava então, da gerência ou não da moradia e não da tipologia das habitações. No caso da senzala e dos trabalhadores de ganho ou domésticos, que moravam com o proprietário a habitação, entendendo-se ela como apenas abrigo, era fornecida diretamente. Já com relação ao mocambo, havia o patrocínio, com a con

cessão de terras e extração de materiais da propriedade do Senhor.

Nessa situação, o trabalhador recorria à forma menos dispendiosa e mais simples possível de construção, no que se refere a material e técnica. Desse modo, utilizava-se o processo de autoconstrução, com o emprego de materiais da região.

Comparando com os dias de hoje, entendemos que as condições de moradia da classe trabalhadora não se modificaram muito no decorrer do tempo. Houve contudo, a modificação quanto às formas de reprodução da força de trabalho, hoje assalariada ou semi-assalariada.

No entanto, esta reprodução continua se realizando no nível mais baixo possível, ou seja, a nível da sobrevivência do indivíduo. Expropriados dos meios de produção e sobrevivendo pela venda de sua força de trabalho, a classe trabalhadora continua assim, tendo que resolver seus problemas de moradia de forma bastante precária.



## BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

FALLA, com que o Exmo. Presidente da Província da Parahyba do Norte Dr. João José de Moura Magalhães, abriu a 2ª Sessão de 2ª Legislatura da Assembléia Legislativa da mesma província em o dia 16 de janeiro de 1859. NIDHIR: Microfilme, rolo nº 1-Relatório dos Presidentes da Paraíba-Província - 1837 a 1855).

O Velho Rio de Janeiro através das Gravuras de Thomas Ender. Texto e Legendas por Gilberto Ferrez. São Paulo, Edição Melhoramentos, s.d.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Livraria Editora Ciências Sociais, 4ª ed., (re vista e atualizada), 1980, 278 p.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. Texto con frontado com o da edição de 1711, com um estudo bibliográfi co, por Affonso E. Taunay. São Paulo, Melhoramentos, Brasi lia, INL, 2ª ed., 1976, 239 p.

BAHIA - Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Pelourinho Informa: Boletim Bibliográfico. Salvador, v.4, nº 3/4, jul/dez.1978. (mimeo).

BELLO, Júlio. Memórias de um senhor de engenho. Rio de Janei ro, José Olympio, 1938, 235 p. (Col. Documentos Brasilei ros v.XI).

BOXER, Charles Ralph. Os holandeses no Brasil - 1624-1654. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1961, 465 p. (Col. Brasi liana v. 312). (Título original inglês The Dutch in Brazil - 1624-1654, London, Oxford University).

CASCUDO, Luís da Câmara. História da alimentação no Brasil. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1967, 1ª vol, 401 p. (Col. Brasiliana v. 323).

\_\_\_\_\_. Sociologia do açúcar - Pesquisa e a dedução. Rio de Janeiro, IAA, 1971, 478 p. (Col. Canavieira nº 5).

- DEBRET, Jean Baptista. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo, Martins, Brasília. INL, 6ª ed., 1975, 3vs. em 2 (Bibl. Histórica Brasileira).
- DECCA, Edgar Salvadori de. O nascimento das fábricas. São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1984, 77 p. (Col. Tudo é História, 51).
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. População e açúcar no Nordeste do Brasil. Edição da Comissão Nacional de Alimentação. São Paulo, 1954, 236 p. Inclui bibl.
- EWBANK, Thomas. A vida no Brasil; ou diário de uma visita à terra do cacauzeiro e das palmeiras, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas. Trad. Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. (Reconquista do Brasil, v. 28).
- \_\_\_\_\_. Arquitetura civil III; Mobiliários e alfaías. São Paulo, 1975, 194 p. + ilust.
- EXPILLY, Charles. Mulheres e costumes do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935, 478 p. (Col. Brasiliana v. 56).
- FAUUSP/MEC/IPHAN. Arquitetura Civil I. São Paulo, 1975, 300 p. + ilust.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A civilização do açúcar - Séculos XVI e XVIII. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, 100 p. (Col. Tudo é História).
- FRANCO, Mª Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 13, 1969, 249 p.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala; Formação da família brasileira sob o regime da economia canavieira patriarcal. Rio de Janeiro, José Olympio, 13ª ed., bras. (14ª em língua port.), 1966, t.1, 389 p.

- \_\_\_\_\_. Casa-grande e senzala; Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, José Olympio, 14ª ed., bras. (16ª em língua port.), 1969, t.2, 776 p.
- \_\_\_\_\_. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo, Ed. Nacional, (Recife). Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 2ª ed., aum., 1979, 125p.
- \_\_\_\_\_. Sobrados e Mucambos - Decadência patriarcado rural e Desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro, José Olympio, 3ª ed., 2 tomos, 1961. (351p \* 407p = 758p). (Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil - 2).
- GALLIZA, Diana Soares de. O declínio da escravidão na Paraíba - 1850-1888. João Pessoa, Ed. Universitária, 1979, 230p. (Col. Documentos Brasileiros nº 9).
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 3ª ed., 1978, 592 p.
- GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. Trad. e notas Américo Jacobina Lacombe. São Paulo, Nacional, 1956. (Brasiliana GV.8).
- JOFFILY, Irenêo. Notas sobre a Paraíba. Rio de Janeiro, 1892, (Fac-símile da 1ª ed.). Brasília, Thesaurus Editora, MCMLXXVII, 449 p.
- HARDMAN, Francisco Foot. História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte. Francisco Foot, Victor Leonardi. São Paulo, Global Ed., 1982 (Teses, 6).
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 2ª ed., 1948, 298 p. (Col. Documentos Brasileiros).
- KIDDER, Daniel Farish e FLETCHER, James Cooley. O Brasil e os brasileiros (esboço histórico e descritivo). Trad. Elias Dolianti, São Paulo, Nacional, 1941, 2v. (Brasiliana v. 205 A).
- KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942, 595 p.

- LEITÃO, C. de Mello. O Brasil visto pelos ingleses. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1937, 271 p. (Col. Brasileira v. 82).
- LEITÃO, C. de Mello. Visitantes do primeiro império. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1934, 251 p. (Col. Brasileira, v. 52).
- LEITE, Míriam Moreira (org.) A condição feminina no Rio de Janeiro - Séc. XIX: Antologia de Textos de Viajantes Estrangeiros. São Paulo, HUCITEC; (Brasília); INL, Fundação Nacional Pró-Memória (Estudos históricos), 1984, 191 p.
- MARIZ, Celso. Evolução econômica da Paraíba. João Pessoa, A União Cia. Editora, 2ª ed., 1978, 155 p.
- MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1984, v.1, t. 1-2. Os Economistas. Coord. e rev. Paul Singer.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982, 267 p.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Nordeste insurgente (1850-1890). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, 99 p. (Col. Tudo é História).
- MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. Pequena história da Paraíba. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1975, 172 p.
- PENA, Mãe Valéria Junho. Mulheres e trabalhadores - Presença feminina na Constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. (Col. - O Mundo; hoje; v. 40).
- PIERSON, Donald. Branços e pretos na Bahia; Estudo de contacto racial. São Paulo, Nacional, 1945. (Bibl. Pedagógica Brasileira - série 5ª - Brasileira v. 241).
- PINTO, Estevão. Os indígenas no Nordeste. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935, t.1, 260 p. (Brasileira, v. 44).
- PORTO, Waldice Mendonça. Paraíba em preto e branco. João Pessoa, A União Cia. Editora, 1976, 164 p.

PRADO, João Fernando de. Pernambuco e as capitânias do Norte do Brasil - 1530 a 1630. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939, 4 v. (Col. Brasiliana, v. 175 c.).

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 27ª ed., 1982, 364 p.

RUGENDAS, João Maurício. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo, Martins, 4ª ed., 1949, 205 p. + 110 gravuras.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense, 6ª ed., 1979, 152 p.

SPIX, Johann Baptista von & MARTIUS, Karl Friedrich P. von. Através da Bahia. São Paulo, Cia Editora Nacional, 3ª ed., 1938, 342 p. (Col. Brasiliana, v. 118).

TOLLENARE, L. F. Notas dominicais durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816 e 1818. Recife, CEPE, 1978, 270 p.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. Evolução do povo brasileiro. São Paulo, Cia Editora Nacional, 2ª ed., 1933, 327 p. (Col. Brasiliana v. 10).

VIANNA, Hélio. Estudos de História Colonial. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1948, 318 p. (Col. Brasiliana v. 261).

#### BIBLIOGRAFIA SOBRE O MÉTODO

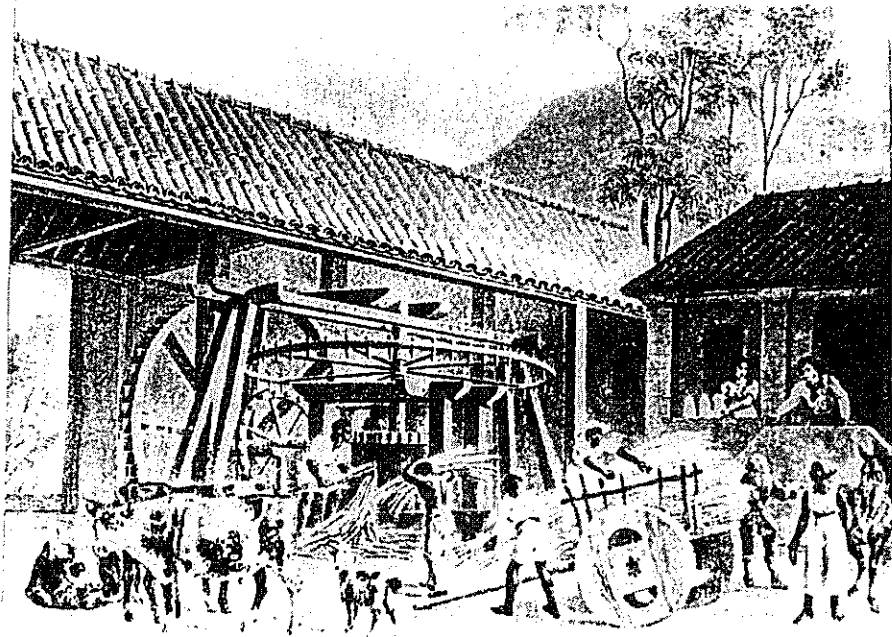
ECO, Umberto. Como se faz uma Tese. São Paulo, Ed. Perspectiva S.A., 1985, 2ª ed., 184 p. (Tít. orig. Como se fa una Tesi de Laurea. Casa Editrice Valentino Bompiani & C. S. P. A., 1977).

RÊGO, Maria Têreza Montenegro Silva. Estrutura e apresentação de dissertação e tese. João Pessoa, Editora Universitária/UFPb., 1982, 64 p.

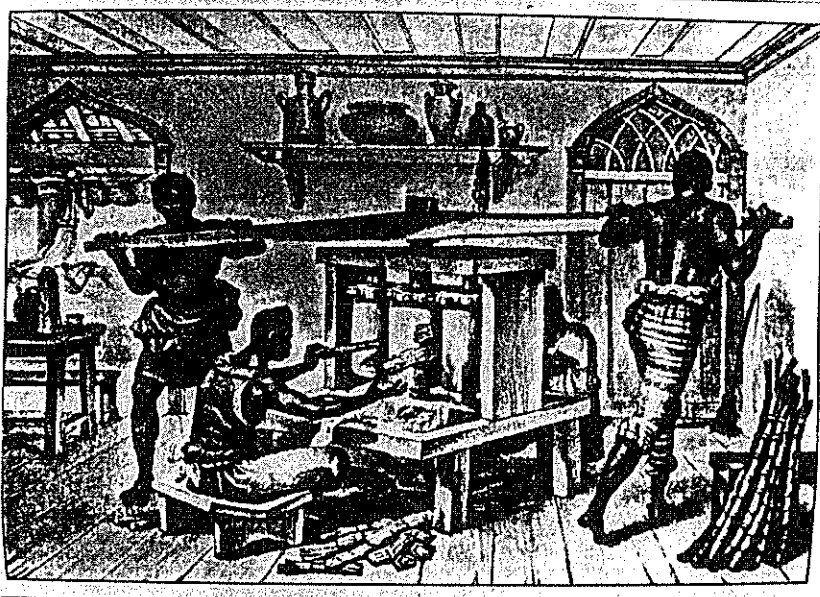
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico: Diretrizes para o trabalho didático científico na Universidade. São Paulo, Cortez Editora e Autores Associados, 11ª ed., 1984, 195 p.

VIEIRA, Clibas. Normas referentes à feitura de teses. Viçosa: Diretoria Geral de Extensão/URENG, 1966, mimeo.

A N E X O S



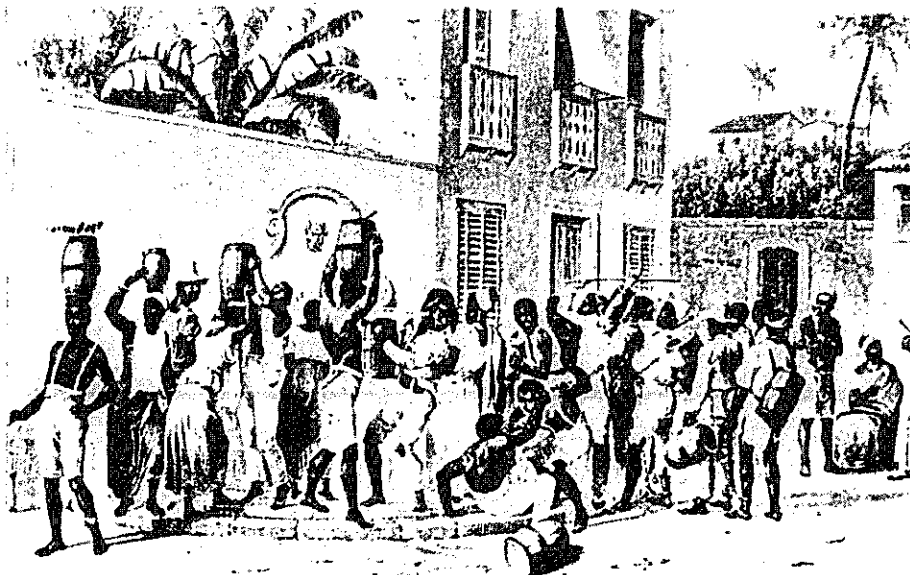
GRAVURA Nº 2



PEQUENA MOENDA PORTÁTIL.

GRAVURA Nº 3



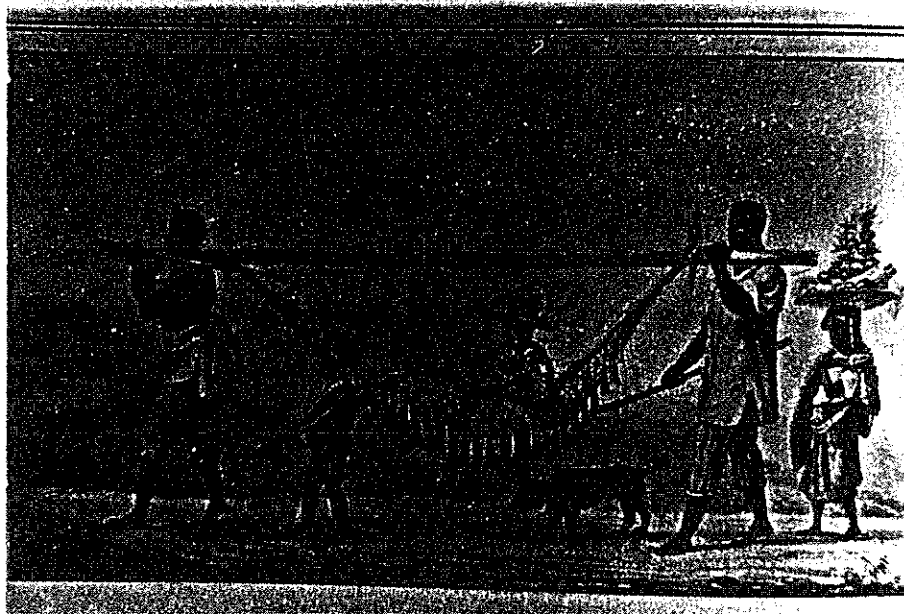


CARREGADORES DE AGUA

GRAVURA Nº 5



GRAVURA Nº 6







GRAVURĂ NR 8



GRAVURĂ NR 9

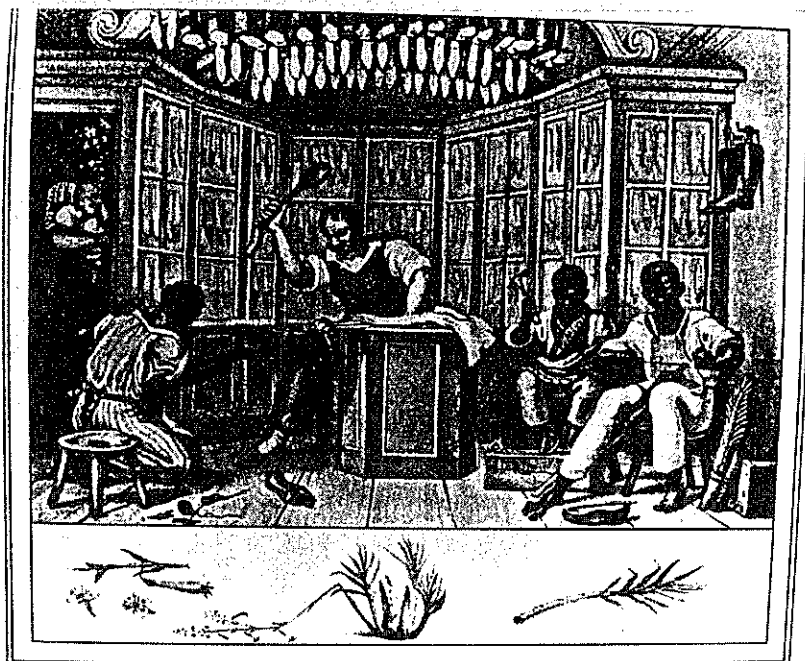


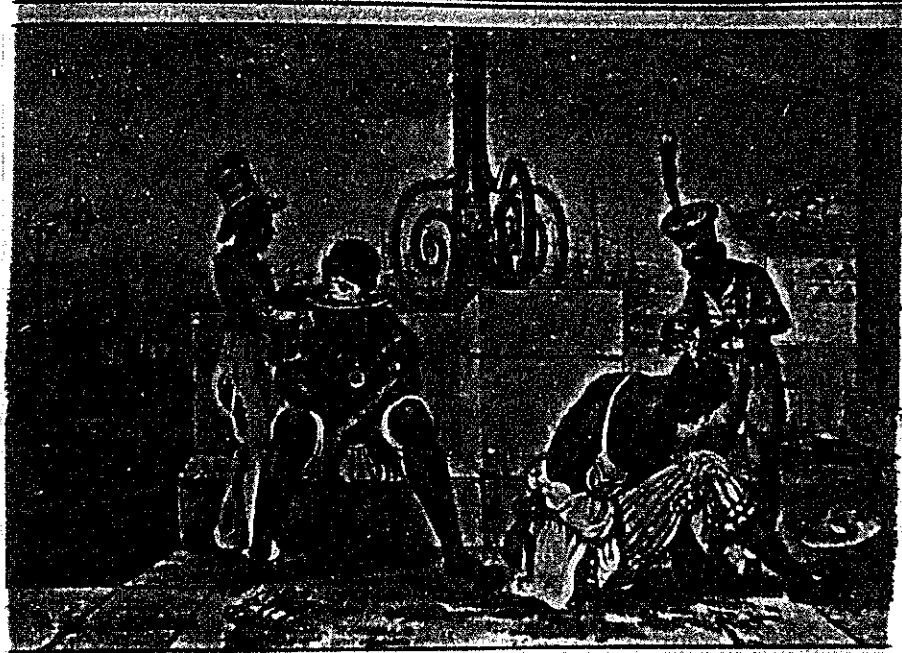


GRAVURA Nº 11

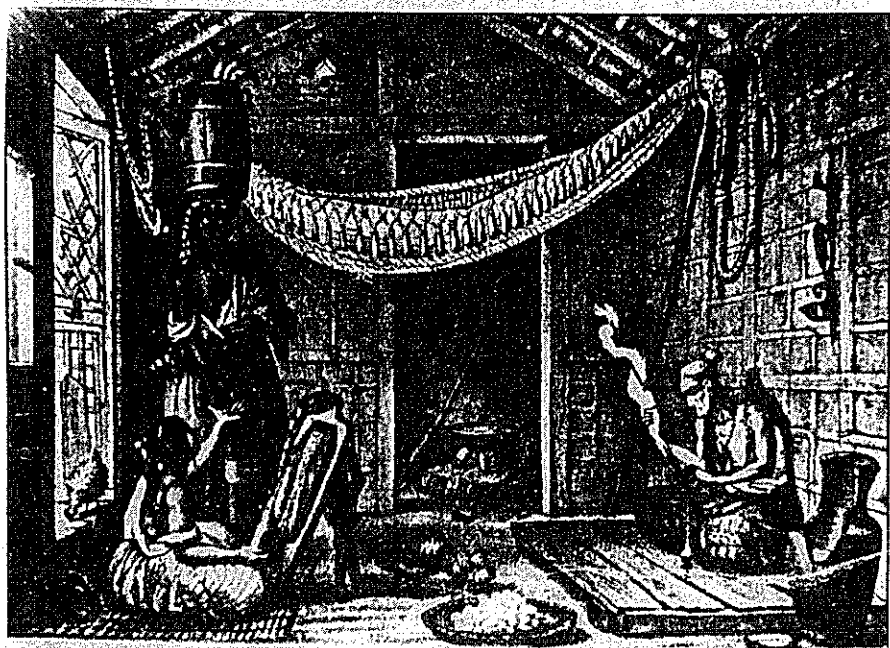


GRAVURA Nº 12

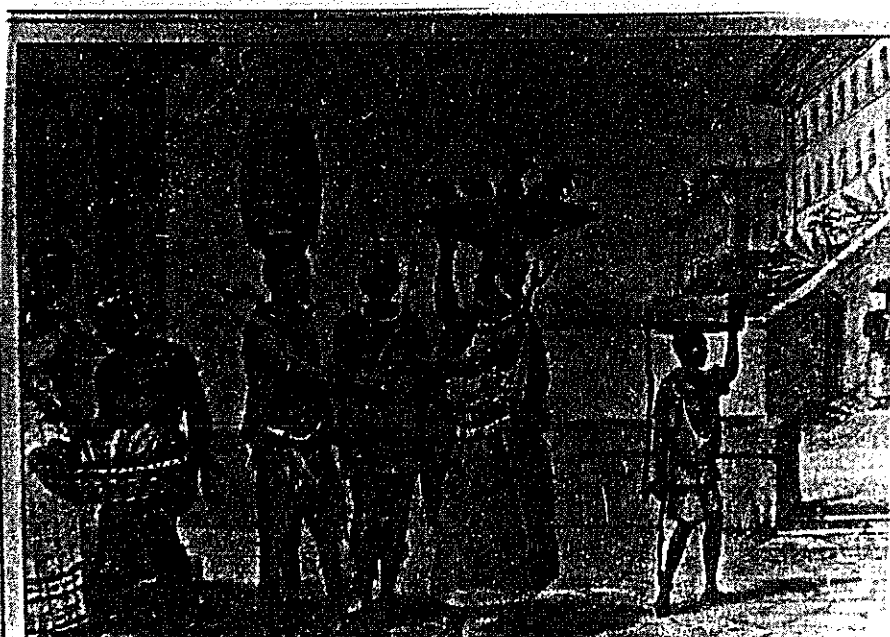


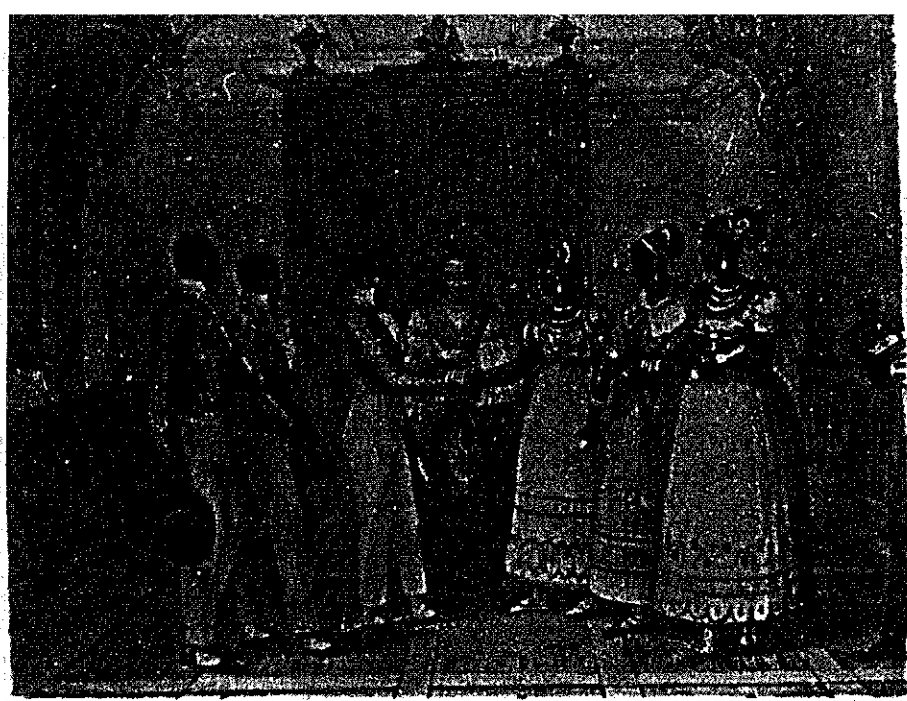


GRAVURA Nº 14

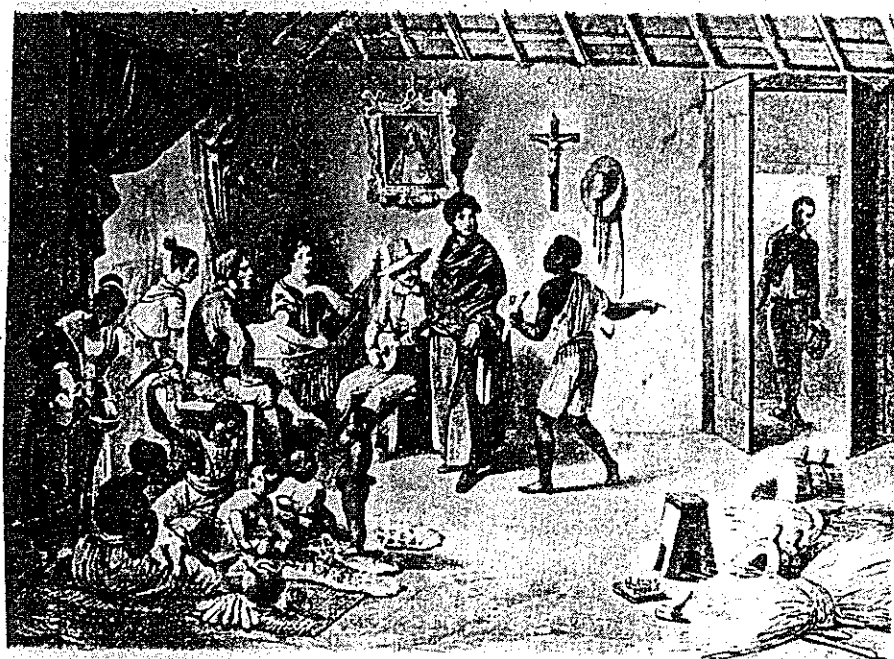


GRAVURA Nº 15





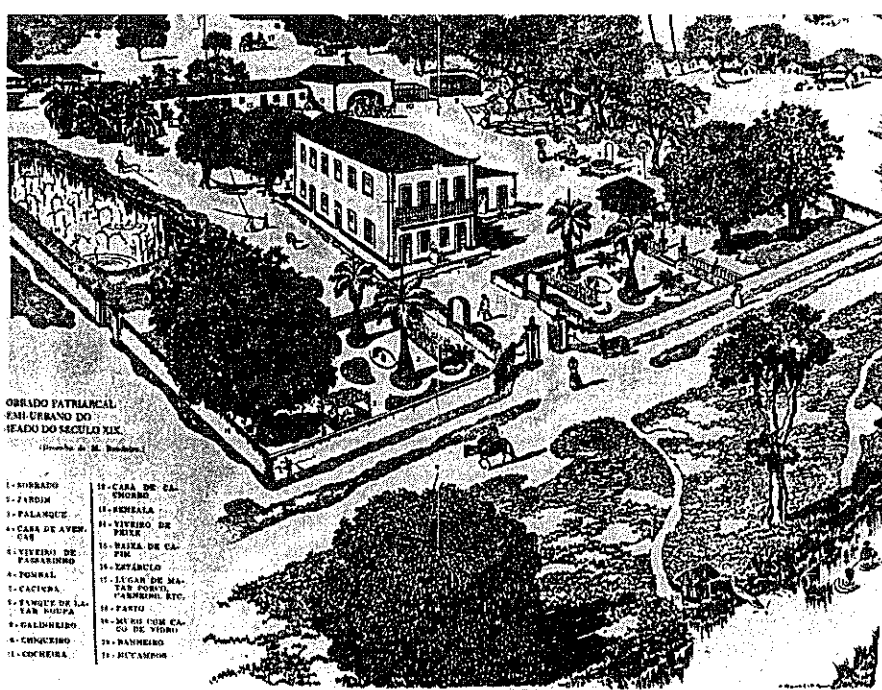
GRAVURA Nº 17



GRAVURA Nº 18







GRAVURA Nº 20



FOTO Nº 1





FOTO Nº 3

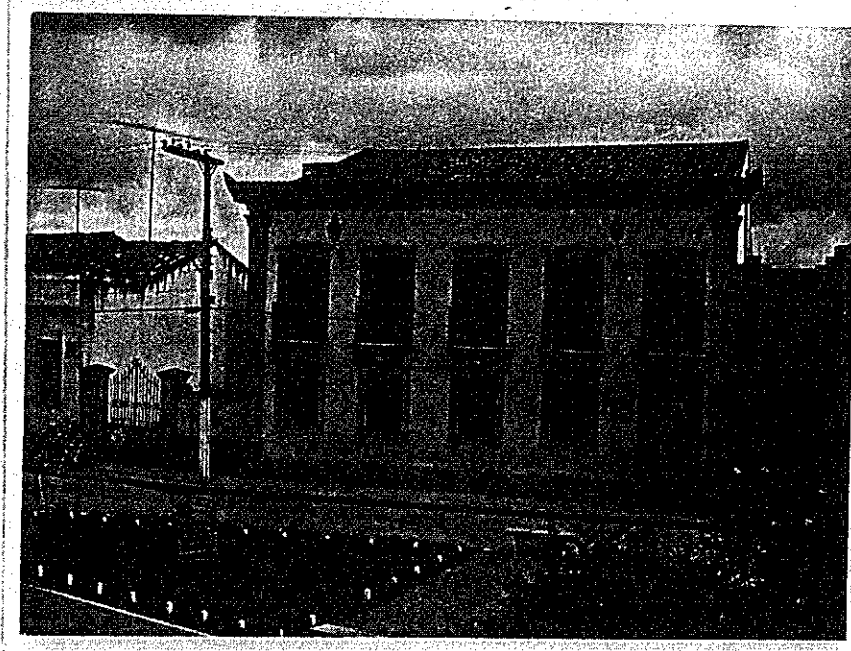


FOTO Nº 4



FOTO Nº 5

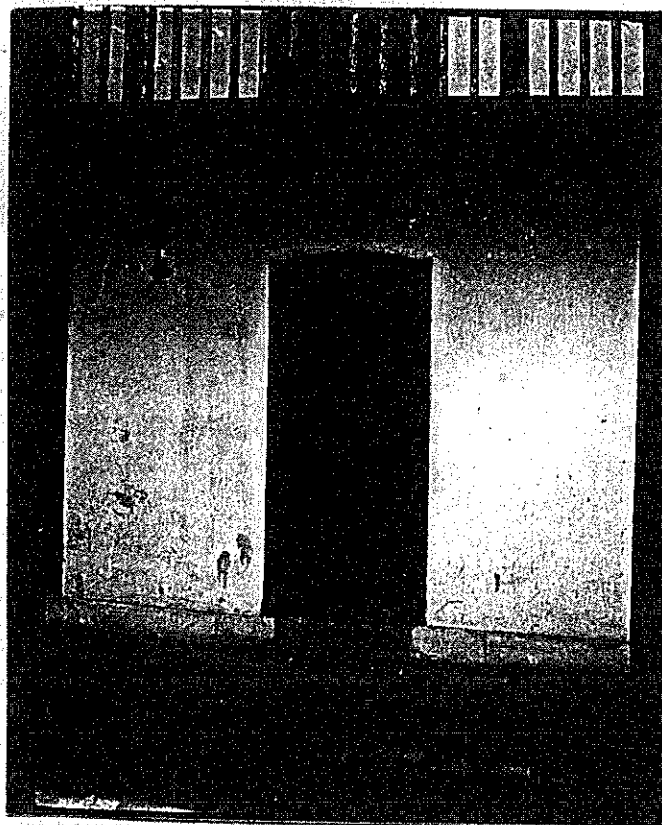
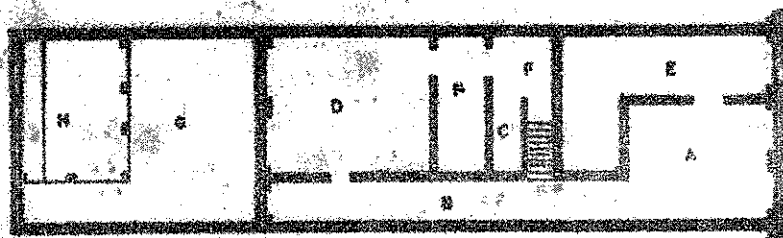


FOTO Nº 6

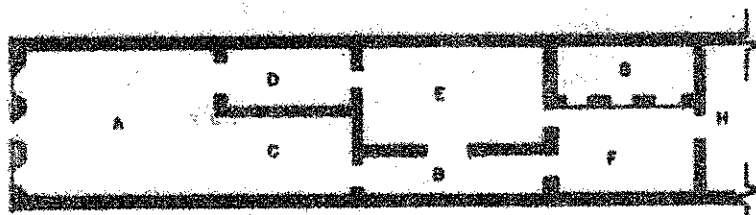


## SOBRADOS COM ACOMODAÇÕES PARA ESCRAVOS



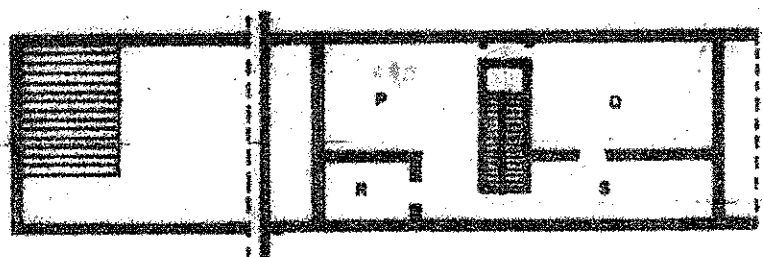
**CROQUI nº 1 - DORMITÓRIO DOS ESCRAVOS (E)**

- |                       |                            |
|-----------------------|----------------------------|
| A. Vestíbulo          | E. dormitório dos escravos |
| B. Corredor           | F. Alcovas sem luz direta  |
| C. Escada             | G. Pátio                   |
| D. Quarto de hóspedes | H. Cocheira                |



**CROQUI nº 2 - DORMITÓRIO DOS ESCRAVOS (E)**

- |                                    |               |
|------------------------------------|---------------|
| A. Vestíbulo                       | E. Dormitório |
| B. Corredor                        | F. Pátio      |
| C. Escada                          | G. Cocheira   |
| D. Quarto de serviço do cavalarico | H. Jardim     |



**CROQUI nº 3 - QUARTO DAS ESCRAVAS (S)**

- |                                     |
|-------------------------------------|
| P. Sala de jantar                   |
| Q. Cozinha                          |
| R. Copa                             |
| S. Quarto de engomar e das escravas |